

17A BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

Edital 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	160350-17A BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA	ANDRE DE OLIVEIRA FERNANDES	09/06/2026 12:00 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos/Concessão de uso de bens públicos		64012.000820/2026-92

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90006/2026

CONTRATANTE (UASG)

160350

OBJETO

Cessão de uso a título oneroso, para serviços de Alfaiataria nas dependências do 17º Batalhão Logístico de Selva, conforme condições, especificações e exigências descritas neste Termo de Referência.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1089,41 (mil, oitenta e nove reais e quarenta e um centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 24/06/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço por grupo

Modo de disputa:

Aberto e Fechado

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

Av. Duque de Caxias – nº 935 - Bairro Centro - Porto Velho/RO

Telefone: (69) 2141-6345

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

(Processo Administrativo nº 64012.000820/20t26-92)

Torna-se público que o 17º Batalhão Logístico de Selva, por meio do Setor de Aquisições, Licitações e Contratos, sediado na Rua Duque de Caxias, 935, Bairro Caiari, na cidade de Porto Velho - RO, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Cessão de uso a título oneroso, para serviços de alfaiataria nas dependências do 17º Batalhão Logístico de Selva, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 17 (dezessete) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica à presente contratação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. Não se aplicam os benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 à presente licitação, cujo objeto é a celebração de contrato de receita (cessão de uso onerosa)

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o constante do TR.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item .

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado” e os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1. empresas brasileiras;

7.20.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.1.2 a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.1.3 a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.1.4 a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.1.5 a regularidade relativa à Seguridade Social e a FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.1.6 a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

9.1.7 o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (vide art. 68, VI da Lei 14.133/21).

9.1.8. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.6 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.8.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail salc17blogs@gmail.com ou presencialmente no Setor de Aquisições Licitações e Contratos, sediado na Rua Duque de Caxias, 935, Bairro Caiari, na cidade de Porto Velho - RO, das 09h00m às 16h00m, de segunda à quinta-feira, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes, na qual será confeccionado o Termo de Vistoria (ANEXO III).

9.8.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (ANEXO IV), a qual deverá ser encaminhada em conjunto com os documentos de habilitação.

9.9 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas.

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 03 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica à presente contratação

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica à presente contratação.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico salc17blogsl@gmail.com.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
 - 14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 14.1.2.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
 - 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: salc17blogsl@gmail.com.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: slc17blogs@gmail.com.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Laudo de Avaliação do Imóvel;

16.11.3. Anexo III – Termo de Vistoria;

16.11.4. Anexo IV – Termo de Dispensa de Vistoria;

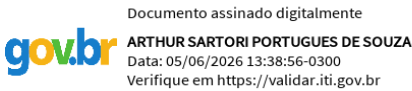
16.11.5. Anexo V – Minuta do Contrato;

16.11.6. Anexo VI – Planilha de Custos e Formação de Preços Anexo VII – Termo de Vistoria de Ocupação de Imóvel;

16.11.7. VII – Termo de Vistoria de Ocupação de Imóvel;

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



ARTHUR SARTORI PORTUGUES DE SOUZA
Ordenador de Despesa do 17º Batalhão Logístico de Selva

17A BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

Serviço de Alfaiataria 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	160350-17A BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA	GUILHERME HENRIQUE CARVALHO CRIVELARI	03/06/2026 16:23 (v 0.11)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
III – locação/Locação de imóveis		64012.000641/2026-55

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na exploração de serviços de Alfaiataria, mediante cessão de uso para atividade de apoio da área de 26 m², conforme condições, especificações e exigências descritas neste Termo de Referência.

1.2. A Alfaiataria do 17º Batalhão Logístico de Selva constitui uma atividade de apoio que visa prestar o serviço de alfaiataria e venda de artigos militares aos integrantes da referida OM, os quais se encontram definidos e especificados em suas quantidades conforme tabela a seguir:

GRUPO 1	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QUANT	V UNIT	V TOTAL
	1	604662 - Distintivo Vestuário Tipo: Distintivo De Braço , Modelo: Bandeira Do Brasil , Material: 100% Poliéster/Polícloroeto De Vinila , Dimensões: 8 X 5,60 CM, Cor: Padrão Exército Brasileiro , Características Adicionais: Conforme Modelo	1	R\$ 10,28	R\$ 10,28
	2	470364 - Fardamento / Acessório Tipo: Distintivo Para Boina , Material: Metal , Tamanho: 45 X 28 M	1	R\$ 25,90	R\$ 25,90
	3	321069 - Camiseta Tipo: Masculino , Tipo Tecido: Malha 100% Algodão , Tipo Manga: Regata , Tipo Gola: Redonda , Cor: Branca , Tamanho: Sob Medida , Tipo Costura: Overlock , Aplicação: Prática Esportiva	1	R\$ 22,00	R\$ 22,00
	4	446257 - Camiseta Tipo: Unissex , Tipo Manga: Meia Manga , Tipo Gola: Olímpica , Cor: Camuflada , Tamanho: Sob Medida , Material: 100% Algodão , Aplicação: Uniforme	1	R\$ 34,66	R\$ 34,66
	5	479463 - Calça Material: 50% Algodão 50% Poliamida , Modelo: Militar , Cor: Camuflado Digital Urbano , Tamanho: Sob Medida , Características Adicionais: Bolsos Laterais Tipo Faca, Bolsos Traseiros, Bol- , Aplicação: Fardamento Militar	1	R\$ 226,33	R\$ 226,33
	6	475632 - Cinto Vestuário Material: Náilon , Cor: Verde , Material Fivela: Aço Escovado , Tamanho: Sob Medida , Características Adicionais: Fecho De Pressão , Uso: Unissex , Tipo: Militar	1	R\$ 32,99	R\$ 32,99
	7	446381 - Coturno Material: Couro E Lona , Tipo Sola: Extra Leve , Cor Lona: Preta , Cor Couro: Preta , Acabamento Superficial Couro: Extrabrilho	1	R\$ 228,33	R\$ 228,33
	8	600916 - Insignia De Uso Pessoal Tipo: Bolacha , Material: Brevê Emborrachado , Largura: 4,50 CM, Comprimento: 4,50 CM, Cor: Variada , Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão	1	R\$ 15,24	R\$ 15,24
	9	486866 - Distintivo Uso Pessoal Material: Emborrachado Com Velcro , Dimensões: 70 MM, Cor: Variada , Características Adicionais: Conforme Modelo	1	R\$ 11,93	R\$ 11,93
		617200 - Distintivo Vestuário Tipo: Distintivo De Gorro , Material: Emborrachado ,		R\$	

10	Dimensões: 40 X 50 MM, Cor: Camuflada , Características Adicionais: Conforme Modelo	1	7,50	R\$ 7,50
11	446470 - Uniforme Profissional Componentes: Calça E Blusa , Tamanho: Sob Medida , Cor: Camuflada , Material: Poliéster / Algodão , Características Adicionais: Calça Com 2 Bolsos, Blusa Com 4 Bolsos	1	R\$ 237,65	R\$ 237,65
12	446321 - Meia Vestuário Masculino Material: Algodão, Poliamida E Elastodieno , Tipo: Esportiva , Cor: Branca , Tamanho: Sob Medida , Aplicação: Uniforme Militar , Características Adicionais: Cano Médio	1	R\$ 12,92	R\$ 12,92
13	446254 - Meia Vestuário Masculino Material: Algodão E Poliamida , Tipo: Esportiva , Cor: Verde Oliva , Tamanho: Sob Medida , Aplicação: Uniforme Militar , Características Adicionais: Cano Longo	1	R\$ 9,50	R\$ 9,50
14	603420 - Fardamento / Acessório Tipo: Elástico , Material: Borracha , Aplicação: Bombacha Militar , Tamanho: 15 CM, Características Adicionais: Engate Metálico	1	R\$ 3,01	R\$ 3,01
15	475530 - Calção Material: Malha 100% Poliamida , Cor: Verde Oliva , Tamanho: Sob Medida	1	R\$ 22,33	R\$ 22,33
16	614122 - Fardamento / Acessório Tipo: Sutache Bordado , Material: Tecido Ripstop , Aplicação: Uniforme , Tamanho: Único C	1	R\$ 8,96	R\$ 8,96
17	602175 - Uniforme Profissional Componentes: Calça, Blusa E Gorro , Tamanho: Sob Medida , Cor: Camuflada , Material: Tecido , Aplicação: Uniforme De Combate , Tipo: Alta Solidez Tipo Ii.	1	R\$ 179,85	R\$ 179,85
VALOR TOTAL				1.089,41

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de ALFAIATARIA.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato prorrogável na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/21.

1.7. Ao futuro Cessionário caberá a responsabilidade de realizar o pagamento pela cessão de uso mensalmente no valor de **R\$ 807,44 (oitocentos e sete reais e quarenta e quatro centavos)**.

1.8. Ao futuro Cessionário também caberá a responsabilidade de realizar o pagamento referente ao consumo de energia, água e esgoto: o valor mensal de **R\$ 162,62 (cento e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos)** que deve ser pago na mesma data do valor devido pela cessão de uso. **Este valor é fixo e não será objeto de disputa na licitação.**

1.8.1. Os pontos de medição de energia/água/esgoto não se encontram desvinculados do local onde o prestador de serviço irá trabalhar. E não é possível a prévia e imediata desvinculação daqueles pontos. A desvinculação se torna inviável, pois demanda custo financeiro para aquisição do material e serviço de instalação, que o cessionário teria que arcar.

1.8.2. Pelos motivos elencados acima, foi utilizado a metodologia de cálculo dos valores de energia/água/esgoto contida no Laudo de Avaliação nº 01 /2026 - 5º BEC.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Cessionária e a Administração Cedente, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. ser do ramo do objeto da licitação;

5.1.2. possuir mão de obra capacitada e qualificada para o desempenho das diversas

5.1.3. tarefas de alfaiate;

5.1.4. possuir capacidade logística adequada para as demandas solicitadas;

5.1.5. estar alinhada com a política de desenvolvimento sustentável;

5.1.6. possuir experiência no mercado; e

5.1.7. estar em dia com as obrigações trabalhistas e previdenciárias.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, tendo em vista que o objeto da presente licitação é para escolha de empresa especializada para cessão de uso de área.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 09:30 horas às 16:00 horas e na sexta-feira, das 09:00 horas às 11:30 horas.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. São vedadas condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente;

- 8.1.2. Sejam observadas às normas relacionadas com o funcionamento da atividade vinculada ao objeto da cessão de uso e com a utilização do imóvel;
- 8.1.3. Compatibilidade do horário de funcionamento do expediente, qual seja: de segunda a quinta-feira das 7:45 às 12:00 e das 13:30 às 16:45 e às sextas-feiras das 8:00 às 12:00;
- 8.1.4. Para os meses de meio expediente e licenciamento do efetivo variável (dezembro, janeiro e fevereiro) o valor da cessão de uso será de 50% e o permissionário poderá acompanhar o meio expediente;
- 8.1.5. Os resultados alcançados em relação às disposições contratuais, em especial a qualidade do trabalho;
- 8.1.6. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- 8.1.7. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- 8.1.8. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- 8.1.9. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;
- 8.1.10. O CESSIONÁRIO deverá fornecer mão-de-obra devidamente registrada e treinada tecnicamente para a execução dos serviços propostos;
- 8.1.11. Deverá ainda fornecer equipamentos e produtos necessários e suficientes à execução dos serviços;
- 8.1.12. Restituição da área do imóvel ao final do contrato em perfeito estado de conservação;
- 8.1.13. O Permissionário deverá expor em local visível e público a tabela dos preços (assinada pelo Ordenador de Despesas e pelo cessionário);
- 8.1.14. O Permissionário não poderá pernoitar dentro das instalações cedidas tampouco nas instalações do aquartelamento;
- 8.1.15. O objeto da cessão de uso inclui apenas a disponibilização da sala, devendo o cessionário responsabilizar-se pelos móveis e aparelhos para desenvolver suas atividades; e
- 8.1.16. O cessionário deverá responsabilizar pela limpeza e asseio das instalações cedidas, bem como conservação de parte elétrica, portas, janelas, piso e paredes, não podendo “lançar mão” dos serviços gerais do aquartelamento.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A PROPOSTA

9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.1.1. Sala medindo uma área total de 26 m², no interior das instalações do 17º Batalhão Logístico de Selva, com endereço na Rua Duque de Caxias, 935, Caiari, Porto Velho – RO.

9.1.2. VALOR MENSAL da cessão de uso de Alfaiataria: R\$ 970,06, sendo:

9.1.2.1. Valor da locação do imóvel: R\$ 807,44 (oitocentos e sete reais e quarenta e quatro centavos) (conforme o Laudo nr 01/2026 – 5º BEC), e

9.1.2.2. Participação nas Contas de água/esgoto e energia elétrica: R\$ 162,62 (cento e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos) (conforme o Laudo nr 01/2026 – 5º BEC).

9.1.2.3. Para os meses de meio expediente e licenciamento do efetivo variável (dezembro, janeiro e fevereiro) o valor da locação e participação nas contas de água e energia terá uma redução de 30%.

9.1.2.4. O Contrato de Cessão não gerará despesas para a CEDENTE. A CESSIONÁRIA se responsabilizará integralmente por suas despesas operacionais.

9.1.2.5. O ressarcimento das despesas mensais pela cessão de uso do espaço se dará a partir da assinatura do termo de cessão, conforme prazos determinados no presente Termo, devendo ser efetuado independente de notificação, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

9.1.2.6. Esse ressarcimento se refere ao valor de referência da cessão pretendida, a qual foi estimada no valor de: ~~R\$~~ 872,37/mês (oitocentos e setenta e dois reais e trinta e sete centavos) (valor já considerando os gastos com energia elétrica e água/esgoto). (conforme Laudo de Avaliação Nr 001/2026 - 5º BEC).

9.1.3. O HORÁRIO DE EXECUÇÃO dos serviços da alfaiataria será de 07h45 às 12h00 e 13h30 às 16h45, de segunda a quinta-feira, e as sextas-feiras 08h00 às 12h00, exceto os dias que não houver expediente regular no órgão.

9.1.4. Da limpeza, manutenção, conservação e vigilância da área ocupada:

9.1.4.1. A(O) CESSIONÁRIA(O) deverá responsabilizar-se inteiramente pelas despesas com limpeza, manutenção e conservação do espaço ocupado, ou seja, promover ações e providências relacionadas à limpeza, iluminação, pintura, dedetização, estrutura hidro sanitária e elétrica do local, entre outros serviços semelhantes.

9.1.4.2. O maquinário, os móveis e os materiais acessórios pertencentes à CESSIONÁRIA deverão ser totalmente conferidos, recolhidos e retirados após a desocupação do imóvel, mediante os termos de encerramento do vínculo contratual.

9.1.4.3. A CESSIONÁRIA deverá responsabilizar-se inteiramente pelas despesas com a vigilância do espaço cedido.

9.1.4.4. A(O) CESSIONÁRIA(O) deverá responsabilizar-se pela segurança do estabelecimento, contribuindo com as ações gerais de segurança e vigilância realizadas no prédio ou nas imediações em que se localiza o espaço cedido, não podendo ser atribuída à CEDENTE qualquer responsabilização pela ocorrência de delitos locais e específicos no estabelecimento, por omissão ou negligência, ou que não condigam com o plano geral de segurança e vigilância desenvolvido pela instituição.

10. OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Cessionária, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Cessionária por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Receber da Cessionária o valor resultante da cessão de uso, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Fiscalizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Cessionária, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Cessionária, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Cessionária, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Cessionária;

10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Cessionária, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.6.4. considerar os trabalhadores da Cessionária como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Cessionária;

10.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Cessionária houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Cessionária, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

10.12. Deverá ser realizado um laudo de vistoria prévia para entrega e devolução do imóvel.

11. OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

11.1. Explorar a área conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Cedente autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Cessionária, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Cedente, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa Cessionária deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Cedente;

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Cedente ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.10. Paralisar, por determinação da Cedente, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Submeter previamente, por escrito, à Cedente, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Cessionária houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Cedente;

11.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.21. Assegurar à CEDENTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.21.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Cedente distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.21.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Cedente, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Cessionária com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Cessionária que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.3. O representante da Cedente deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Cessionária ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

14.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CESSIONÁRIA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CESSIONÁRIA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CESSIONÁRIA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.10. A CESSIONÁRIA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CESSIONÁRIA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

14.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CESSIONÁRIA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CEDENTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

Diretrizes Gerais

15.1. A fiscalização do contrato avaliará a ocupação do espaço e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CESSIONÁRIA.

15.2. O monitoramento terá como foco principal a manutenção do imóvel e a regularidade dos serviços prestados.

Do Recebimento Provisório

15.3. O Recebimento Provisório ocorrerá mensalmente, mediante vistoria conjunta do espaço cedido, realizada pelo fiscal do contrato.

15.3.1. A vistoria verificará a conservação, a limpeza e a conformidade da área com as normas de segurança vigentes.

15.3.2 O ato também constatará a regularidade dos pagamentos da remuneração devida à União pela ocupação.

15.3.3. Ao final da inspeção, será emitido o Termo de Recebimento Provisório, detalhando eventuais ajustes ou adequações necessárias no espaço.

Das Correções e da Manutenção para Aceite

15.4. A CESSIONÁRIA obriga-se a sanar, às suas expensas e de imediato, quaisquer vícios, defeitos ou danos constatados no imóvel para fins de recebimento.

15.4.1. O descumprimento dos prazos fixados para os reparos ensejará a rejeição do objeto, aplicação de sanções administrativas e rescisão contratual.

15.4.2. Os custos referentes a testes e ensaios de instalações elétricas, hidráulicas ou estruturais modificadas correrão por conta exclusiva da CESSIONÁRIA.

Do Recebimento Definitivo e da Aceitação

15.5. O Gestor do Contrato homologará o Recebimento Definitivo e a aceitação do objeto em até 10 (dez) dias contados da emissão do Recebimento Provisório.

15.5.1. Esse ato formal validará a regularidade da ocupação e dos pagamentos da outorga referentes ao período avaliado.

15.5.2. A homologação e o aceite definitivo ficarão condicionados à inexistência de pendências físicas no imóvel e à adimplência total da CESSIONÁRIA perante a CEDENTE.

Das Responsabilidades pós-Recebimento

15.6. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil da CESSIONÁRIA por vícios ou danos ocultos no imóvel.

15.7. A CESSIONÁRIA responderá integralmente, nas esferas civil e penal, por quaisquer danos ou acidentes causados a terceiros nas dependências do espaço cedido.

16. DO PAGAMENTO

16.1. A retribuição mensal devida pelo uso do indicado espaço físico corresponderá ao valor da proposta da(o) licitante contemplada(o) com a adjudicação do objeto do certame;

16.2. O pagamento deverá ser feito através de Guia de Recolhimento da União (GRU) entregue por agente do setor financeiro e deverá ser pago até o quinto dia útil do mês subsequente;

16.3. A critério da Cedente e mediante solicitação da Cessionária, nos pagamentos referente ao meses de dezembro, janeiro e fevereiro, o valor contratual da mensalidade poderá sofrer uma redução de até 30% (trinta por cento), em decorrência do primeiro licenciamento e a data da nova incorporação dos conscritos, quando há uma expressiva redução do efetivo.

16.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6 / 100) / 365$

$I = 0,00016438$

$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

16.5. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Cedente, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17. REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CESSIONÁRIA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CEDENTE, do índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994): $R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

$R = \text{Valor do reajuste procurado};$

$V = \text{Valor contratual a ser reajustado};$

$I^o = \text{índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação};$

$I = \text{Índice relativo ao mês do reajustamento};$

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CEDENTE pagará à CESSIONÁRIA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pois o valor total da licitação é não compensatório para a apresentação de garantia, tendo em vista que onera o cessionário e não garante a compensação de possíveis prejuízos ao imóvel.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CESSIONÁRIA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CESSIONÁRIA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

(1)0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2)0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3)0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4)0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

(5)0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CEDENTE a promover a rescisão do contrato;

(6)as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Cessionária ressarcir a Cedente pelos prejuízos causados;

19.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

19.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CESSIONÁRIA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CEDENTE, por empregado e por dia;	03

Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CESSIONÁRIA	01

19.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

19.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CESSIONÁRIA, observando o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Cedente serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.8.1. Caso a Cedente determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

20.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

20.3.1.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

20.3.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

20.3.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

20.3.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VIIA da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20.3.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Cedente e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20.3.2. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável

20.3.2.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Cedente.

20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.4.1. Valor Global: R\$ R\$ 970,06 (novecentos e setenta reais e seis centavos);

20.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

20.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS

21.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 970,06 (novecentos e setenta reais e seis centavos).

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GUILHERME HENRIQUE CARVALHO CRIVELARI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 16:17:11.

CAIO PEREIRA FELICIANO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 16:23:29.

**ARTHUR
SARTORI
PORTUGUES
DE SOUZA:
69335591149**

Assinado digitalmente por ARTHUR
SARTORI PORTUGUES DE SOUZA:
69335591149
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autoridade
Certificadora de Defesa,
OU=03277610000125, OU=AR Eletronica,
OU=Certificado PF A3, CN=ARTHUR
SARTORI PORTUGUES DE SOUZA:
69335591149
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026-06-03 16:26:34

ARTHUR SARTORI PORTUGUES DE SOUZA

Ordenador de Despesas

17A BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

Estudo Técnico Preliminar 8/2026

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

2.1. Justifica-se a necessidade de dotar o 17º Batalhão Logístico de Selva de atendimento ao público interno no que tange ao funcionamento de uma alfaiataria, tendo em vista que esta Organização Militar possui um efetivo de aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) militares cumprindo expediente em tempo integral e em situações adversas. E ainda a alfaiataria constitui uma Atividade de Apoio que visa prestar o serviço de apoio aos integrantes da referida OM. Por este motivo, considera-se que o supracitado empreendimento se encontra em mercado restrito, ou seja, oferece seus serviços apenas no interior do aquartelamento, não podendo inserir-se no mercado externo. Por este motivo, não foi classificado em nenhuma das atividades descritas no item 5.1.2, alínea a), da ABNT NBR 14.653-4, o qual cita as atividades classificadas como empreendimento de base imobiliária. A cessão de uso possibilitará a disponibilização de serviços de alfaiataria, apoiando a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão individual dos militares desta Organização Militar, uma vez que o regulamento das Forças Armadas define o padrão de apresentação pessoal para os públicos masculino e feminino. A contratação de empresa para serviços profissionais de alfaiataria, costuras em geral, além de comércio de uniformes, insígnias, equipamentos de uso militar e similares, visa atender às necessidades do Batalhão, se fazendo extremamente essencial para o cotidiano dos militares que aqui servem.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Aprovisionamento	CAIO PEREIRA FELICIANO - 3º Sgt
4ª Seção	GUILHERME HENRIQUE CARVALHO CRIVELARI - 3º Sgt

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Será adotado como critério de julgamento para seleção do CESSIONÁRIO, o menor preço dos materiais /serviços prestados aos usuários finais, mediante a composição de um Grupo Único de 18 (dezoito) itens, que se refere a cesta de produtos básicos a serem comercializados.

4.2. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.2.1 Ser do ramo do objeto da licitação;

4.2.2 Atender aos horários de funcionamento previamente estabelecidos;

4.2.3 Comercializar, no mínimo, os itens da cesta de produtos básicos, podendo ainda, realizar o fornecimento de outros itens que tiverem aceitação aos usuários, desde que não sejam ilícitos e que se adequem à atividade da alfaiataria;

4.2.4 possuir mão de obra capacitada e qualificada para o desempenho das diversas tarefas;

4.2.5. possuir capacidade logística adequada para as demandas solicitadas;

4.2.6 É obrigatória a realização de dedetização e desratização do estabelecimento, no período previsto na legislação sanitária, sendo esta ação uma obrigação às expensas da CESSIONÁRIA.

4.2.7 Estar alinhada com a política de desenvolvimento sustentável;

4.2.8 possuir certa experiência no mercado;

4.2.9 estar em dia com as obrigações trabalhistas e previdenciárias.

4.2.10 Os usuários serão atendidos mediante o pagamento do preço correspondente ao produto no caixa, em moeda corrente, podendo ser o mesmo efetuado através de:

4.2.10.1. Dinheiro.

4.2.10.2. Cartões de Débito ou Crédito - a critério da CESSIONÁRIA.

4.2.10.3. Outras formas de pagamento - a critério da CESSIONÁRIA.

4.2.11. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço. Além disso, a empresa deve ter a preocupação constante em adotar critérios e práticas de sustentabilidade, para aquelas atividades que assim o exigir, conforme determinação dos órgãos de controle ambiental.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, bem como consultas realizadas no Sistema de Acompanhamento da Gestão, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado pelos integrantes técnicos e requisitantes em harmonia com o disposto no Parágrafo Único do Art. 1 da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, considerando a análise das alternativas de atendimento das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos normativos, conclui pela viabilidade da contratação, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade. Em complemento, os requisitos listados atendem adequadamente às demandas formuladas, os custos previstos são compatíveis e os riscos identificados são administráveis, pelo que solicitamos o prosseguimento da pretensão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Cessão de uso de imóvel para o exercício de atividade de alfaiataria, sob regime oneroso, a título do 17º Batalhão Logístico de Selva.

7.2. O espaço físico a ser cedido é composto por 01 (uma) sala térrea, medindo aproximadamente 26 m² (vinte e seis metros quadrados) de área total, situada nas dependências do Batalhão, imóvel de propriedade da União, localizado na Avenida Duque de Caxias, 935, Caiari, Porto Velho - RO, CEP 76.801-913.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 970,06

8.1. A CESSIONÁRIA ficará obrigada a recolher através de GRU (Guia de Recolhimento da União), a importância mensal de R\$ 970,06 (novecentos e setenta reais e seis centavos) até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao vencido referentes a cessão de uso (R\$ 807,44) e indenização pela utilização da energia elétrica, água e esgoto (R\$ 162,62). As despesas decorrentes do consumo de energia elétrica e água/esgoto também deverão ser pagas no prazo mencionado. As cobranças das despesas com energia elétrica e água/esgoto serão realizadas com base na avaliação realizada no imóvel, e calculadas de acordo com a média dos equipamentos instalados pela cessionária. O pagamento mensal da cessão será efetuado mediante Guia de Recolhimento a União (GRU), no Banco do Brasil S.A, através do código nº 20804-3. O pagamento das despesas com energia elétrica e água/esgoto também serão recolhidos através de Guia de Recolhimento a União (GRU), através do código nº 288861.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não haverá parcelamento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A Contratação está prevista no Planejamento de Contratações Anual (PCA) 2026 da OM, trata-se de uma demanda necessária a vida administrativa da OM.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A Administração verifica que este tipo de contratação trará os seguintes benefícios diretos e indiretos:

12.1.1. Maior qualidade de vida no trabalho.

12.1.2. Arrecadação de recursos: a Administração arrecadará mensalmente um determinado valor, conforme consta do Laudo de Avaliação Técnica elaborado pelo 5º Batalhão de Engenharia de Construção (5º BEC), acostado aos autos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. As providências Administrativas relativas a Cessão de uso foram descritas no Mapa de Riscos. Outras atividades necessárias à adequação para que o serviço de apoio a alfaiataria surta seus efeitos, com os responsáveis por esses ajustes, fica a cargo do fiscal administrativo da OM e do fiscal de contrato, que deverão, antes e após a ocupação, atentar quanto à estrutura das instalações, como instalação elétrica e rede hidráulica, por exemplo, para atender de maneira adequada o funcionamento da alfaiataria.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os possíveis impactos ambientais relacionados à locação de imóvel podem envolver o consumo contínuo de recursos naturais, como água e energia elétrica, geração de resíduos sólidos provenientes das atividades administrativas, além de impactos indiretos decorrentes da manutenção, adaptação e utilização da edificação.

A inexistência de práticas sustentáveis na operação e conservação do imóvel pode ocasionar desperdício de recursos, aumento do consumo energético, maior geração de resíduos e redução da eficiência ambiental da edificação. Além disso, eventuais serviços de reforma, adequação ou manutenção predial podem gerar resíduos da construção civil, emissão de poeira, ruídos e outros impactos temporários ao meio ambiente urbano.

Dessa forma, torna-se essencial a adoção de critérios sustentáveis na seleção e utilização do imóvel, em conformidade com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, visando minimizar impactos ambientais e promover maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

14.2. Para minimizar os impactos ambientais decorrentes da utilização do imóvel, poderão ser adotadas medidas sustentáveis voltadas ao uso racional de recursos naturais, eficiência operacional e adequada gestão ambiental do espaço utilizado pela Administração.

Entre as ações recomendadas, destacam-se:

- utilização racional de água e energia elétrica;
- priorização de ambientes com iluminação e ventilação natural;
- utilização de equipamentos e sistemas com maior eficiência energética;
- destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- adoção de práticas de coleta seletiva;
- manutenção preventiva das instalações prediais;
- incentivo à conscientização ambiental dos usuários do imóvel;
- preferência por imóveis com localização estratégica e facilidade de acesso por transporte público.

Além disso, deverão ser observadas, sempre que possível, práticas voltadas à sustentabilidade predial, visando reduzir desperdícios, otimizar recursos e minimizar impactos ambientais decorrentes da ocupação do imóvel.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. Declaro, para os devidos fins, que a contratação dos serviços é VIÁVEL, considerando atender as necessidades do 17º Batalhão Logístico de Selva, estando perfeitamente a solução adotada fundamentada juridicamente na legislação vigente, sendo economicamente viável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAIO PEREIRA FELICIANO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 16:24:47.

GUILHERME HENRIQUE CARVALHO CRIVELARI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 16:07:48.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER)**

LAUDO DE AVALIAÇÃO 01/2026 – 5º BEC

ÁREA DE ATENDIMENTO COMERCIAL IMÓVEL COMERCIAL

ÁREA DO IMÓVEL: 26 m²

VALOR MENSAL PARA A CESSÃO DE USO = R\$ 970,06 /mês

Valor Mínimo = R\$ 807,44

Valor Médio = R\$ 872,37

Valor Máximo = R\$ 945,46

*Para efeito de Cessão podem ser adotados valores mensais a partir do mínimo estabelecido por este Laudo.

LAUDO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL
RESUMO

Endereço do imóvel RUA PINHEIRO MACHADO, QUADRA 513, ZONA URBANA			
Cidade Porto Velho	UF RO		
Objetivo da Avaliação AValiação PARA CESSÃO DE USO PARA USO COMERCIAL			
Finalidade da Avaliação LEVANTAMENTO DE VALOR MENSAL PARA LOCAÇÃO DO IMÓVEL			
Solicitante e/ou interessado MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO – 7º B LOG SV			
Proprietário MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO			
Tipo de Imóvel ÁREA COMERCIAL	Áreas do Imóvel (m²) 26		
Metodologia COMPARATIVO DE DADOS	Especificação (fundamentação/precisão) GRAU III / GRAU III		
Pressupostos e Ressalvas O EMPREENDIMENTO ENCONTRA-SE EM MERCADO RESTRITO, OU SEJA, INTERNO À ORGANIZAÇÃO MILITAR.			
Valor Médio para a aluguel R\$ 872,37			
Valor Máximo R\$ 945,46	Valor Mínimo R\$ 807,44		
Nome do Responsável Técnico DANIEL MODESTO BARROS	CPF 055.342.711-32	Formação do RT ENG CIVIL	CREA do RT CREA/RO -2323354256

Assinatura do responsável Técnico

Porto Velho, 27 de janeiro de 2026



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER)**

Laudo de Avaliação nº 01/2026-SecTec/5º BEC

LAUDO DE AVALIAÇÃO de parcela do imóvel RO 12-0016, referente à ALFAIATARIA do 17º B LOG SV, localizada na Rua Pinheiro machado, quadra 513, Zona Urbana jurisdicionado ao Exército Brasileiro, com área de 26m².

1. IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

17º Batalhão Logístico de Selva

Rua Pinheiro machado, quadra 513, Zona Urbana – Porto Velho - Ro

2. FINALIDADE DO LAUDO

Fornecer ao solicitante o valor mensal para Cessão do imóvel supracitado.

3. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

O objetivo da avaliação é calcular, através de modelos matemáticos de inferência estatística, os valores mínimo, médio e máximo para o preço de cessão do imóvel em questão, com base na comparação com outros imóveis que apresentarem similaridade com o avaliando.

4. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

O presente trabalho foi elaborado de acordo com as normas abaixo descritas:

- NBR 14.653-1/2019 - Avaliação de Bens. Parte 1: Procedimentos Gerais;
- NBR 14.653-2/2011 - Avaliação de Bens. Parte-2: Imóveis Urbanos;

- Instrução Normativa da Secretaria do Patrimônio da União, IN/SPU Nr 05, de 28 de novembro de 2018: Diretrizes para avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse.
- IR 50-13 - Utilização Patrimônio Imobiliário da União Jurisdicionado ao Comando do Exército.

5. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL AVALIANDO

5.1 PRESSUPOSTOS, RESSALVAS E FATORES LIMITANTES

No acesso ao imóvel existem sistemas com pavimentação asfáltica, rede elétrica, iluminação pública, correio domiciliar, rede de água e esgoto, rede telefônica, dentre outros. O imóvel posiciona-se em uma zona especial (ZE-7), sob jurisdição militar.

O objeto de avaliação carece de dados na respectiva cidade e região, pois se refere a cessão de uso de caixa eletrônico e/ou ponto de atendimento de agência bancária em local de acesso restrito. O usufruto do objeto será estritamente a militares e seus dependentes que frequentem e/ou residem nas proximidades do 17º Batalhão Logístico de Selva. Devido as retrições de dados e dificuldade para estimação da renda da agência bancária, o método de avaliação de imóveis adotado será Método Comparativo Direto de Dados de Mercado (MCDDC) tendo aluguel de imóveis comerciais como referência.

Ressalta-se que foram coletados imóveis comerciais nas proximidades do bairro do avaliando e em bairros vizinhos, de forma a obter-se uma quantidade significativa de imóveis da amostra utilizada.

Dentro desta perspectiva, foram coletadas amostras de imóveis comerciais que representassem área fracionada do avaliando. Os imóveis pesquisados para compor a amostra de dados de mercado foram coletados em sites de imobiliárias locais e em anúncios pela internet. A utilização de tais elementos foi ratificada pelos dados estatísticos apresentados neste laudo, onde se comprovou que estão em conformidade com o valor de mercado para a tipologia de imóvel definida. A localização de cada imóvel em relação ao avaliando foi verificada pelo autor do laudo.

5.2 OBJETO DA AVALIAÇÃO

Imóvel com parcela da área do aquartelamento com 26 m², conforme Termo de Responsabilidade Administrativa e vistoria do imóvel realizada no dia 23 de dezembro de 2025.

5.3 TIPO DO BEM

O imóvel avaliando está em funcionamento, sendo destinado ao funcionamento do Banco Santander. Está situado dentro da área do aquartelamento, na Rua Pinheiro machado, quadra 513, Zona Urbana, Porto Velho – RO. O imóvel possui ótimo padrão construtivo com piso em cerâmica, em todas as dependências da agência, paredes em pintura, teto rebaixado em forro de gesso acartonado com luminárias embutidas e porta em vidro blindex.

O imóvel possui localização que favorece a segurança pessoal e de instalações, pois se encontra em área militar.



Figura 1 – Parcela do imóvel **RO12-0016**. (Fonte: Google Maps consulta:02/10/2025).

6. DIAGNÓSTICO DE MERCADO

O mercado na região do imóvel avaliando apresenta média valorização imobiliária devido aos serviços locais existentes e à baixa quantidade de imóveis comerciais no seu entorno. Nas proximidades do avaliando encontram-se serviços públicos essenciais, tais como coleta de lixo, rede de água e esgoto, iluminação pública, rede telefônica, transporte público etc.

7. METODOLOGIA APLICADA

7.1 PLANEJAMENTO DA PESQUISA

A busca por dados limitou-se a imóveis comerciais disponíveis para locação nos bairros situados em torno da região de interesse, formando um conjunto de imóveis que nos retratam ao máximo possível, a despeito das limitações, as condições socioeconômicas da região idealizada para a comercialização.

7.2 IDENTIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS DO MODELO

Foram analisadas as seguintes variáveis: “Área Privativa”, “Serviços e mobiliário” “Valor Total”.

Área privativa (variável independente): Área privativa da unidade medida em m².

Serviços e mobiliários: disponibilidade de serviços (como estacionamento ou portaria) ou de mobiliário (como ar condicionado ou móveis de escritório)

Valor total (variável dependente): valor total do aluguel mensal (considerando IPTU, condomínio ou consumo de energia

7.3 LEVANTAMENTO DE DADOS DE MERCADO

A diligência realizada com o fim da coleta de dados obteve 25 (vinte e cinco) dados de mercado (vide Anexo II) como formadores da amostra.

7.4 DADOS DO IMÓVEL AVALIANDO

Os valores das variáveis consideradas inicialmente no modelo, lançados para o imóvel avaliando, foram conforme Tabela 02:

TABELA 02: VARIÁVEIS DO IMÓVEL AVALIANDO

Tipologia	Sala Comercial
Bairro	Militar
Área Privativa (m2)	26 m²
Data da Visita	23 de dezembro de 2025

7.5 METODOLOGIA EMPREGADA

Para a avaliação da sala foi utilizado o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, conforme o item 4 da NBR 14653-1:2019, baseado na existência de imóveis suficientemente semelhantes ao avaliando, resguardadas as suas peculiaridades inerentes aos seus respectivos locais. Com tal procedimento, chegou-se ao valor mensal de cessão do imóvel.

7.6 PESQUISA DE VALORES E TRATAMENTO DE DADOS

Para cálculo do valor de venda do terreno empregou-se o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, levado a efeito segundo a metodologia geral de pesquisa, visando atingir um maior grau de objetividade, reduzindo a subjetividade ao máximo.

Eleita a metodologia avaliatória, desenvolveu-se estudo comparativo através de inferências

estatísticas com abrangência bastante ampla, compreendendo quatro fases, analiticamente identificadas:

Estabelecimento do âmbito do levantamento de dados de mercado para constituir a amostra;

Determinação da amostra e seleção das variáveis correlacionadas com os valores de venda;

Estimativa da função de regressão e teste de hipóteses sobre o modelo inferido;

Predição dos valores mínimo, médio e máximo do imóvel avaliando, em vista de seus atributos.

Foi utilizado o programa de avaliação de imóveis SisDEA Home versão 1:5, devidamente registrado.

7.6.1 AMOSTRAGEM

Os imóveis pesquisados para compor a amostra de dados de mercado foram coletados em sites de imobiliárias locais e em anúncios pela internet, totalizando um valor de 25 (vinte e cinco) imóveis cadastrados na pesquisa.

7.7 INFERÊNCIAS

7.7.1 MODELOS

No Anexo II é apresentado ao final o resumo das amostras e um total de 25 (vinte e cinco) imóveis pesquisados e visitados com as características e atributos dos dados levantados.

No Anexo III apresenta-se as memórias de cálculo dos modelos inferidos, os testes (Relatório Estatístico) e o exame do comportamento das variáveis selecionadas.

Das pesquisas desenvolvidas sobre o comportamento das variáveis que influenciam na formação dos valores despontou representativamente com a seguinte equação:

Equação de regressão / Função estimativa (moda, mediana e média):

$1/\text{Valor total}^{1/2} = +0,05606213519 - 2,559319879\text{E-}06 * \text{Área privativa}^2 - 0,02047488798 * \text{Serviços e mobiliário}^{1/2}$

7.7.2 TRATAMENTO DOS DADOS

No tratamento estatístico buscou-se a convicção do valor de mercado das casas, explicando as variações dos valores obtidos no mercado imobiliário, através do ajustamento de uma EQUACÃO DE REGRESSÃO com parâmetros que possuem significância comprovada.

Dessa forma, como apresentado no ANEXO III, identificou-se um modelo matemático de homogeneização entre os dados observados, mediante metodologia de pesquisa científica, utilizando-se o método dos mínimos quadrados para obtenção de estimativas não tendenciosas dos parâmetros.

A função de REGRESSÃO MÚLTIPLA obtida pelo SISDea foi submetida aos testes usuais e pode ser considerada um modelo estatístico que permite a predição interpolativa, com as verificações a seguir.

7.7.2.1 ANÁLISE DE VARIÂNCIA

O objetivo da análise de correlação é verificar o grau de relação entre a variável explicada e as variáveis explicativas, formadoras de valor.

Esta análise deu-se através do cálculo do coeficiente de correlação que expressa o grau em que estas variáveis estão relacionadas entre si.

TABELA 01: ESTATÍSTICAS DO MODELO

Estatísticas do modelo	Valor
Coeficiente de correlação:	0,9219556 / 0,8547274
Coeficiente de determinação:	0,8500021
Fisher - Snedecor:	59,50
Significância do modelo (%):	0,00

No presente trabalho, foi obtido para coeficiente de correlação da Equação de Regressão o valor de **R=0,9220**, conforme apresentado no relatório do SISDea, sendo enquadrado como Relação Forte.

7.7.2.2 COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO

Calcula-se ainda o coeficiente de determinação, que é dado por R^2 e significa a percentagem do valor da avaliação que é explicada pela equação ajustada da regressão. Isto acontece devido ao fato de que este coeficiente sempre cresce com o aumento do número de variáveis independentes e não leva em conta o número de graus de liberdade perdidos a cada parâmetro estimado.

No presente trabalho, foi obtido para coeficiente de determinação **$R^2=0,9219556$** .

7.7.2.3 SIGNIFICÂNCIA DOS REGRESSORES

Trata-se de parâmetro de importância fundamental na análise de regressão. Através do nível de significância dos regressores podemos concluir se uma variável estudada como formadora de valor é importante ou não na formação do valor de avaliação.

No presente caso foram obtidas as seguintes significâncias, conforme apresentado no relatório do SISDea:

TABELA 03: SIGNIFICÂNCIA

Variáveis	Transf.	t Obs.	Sig.(%)
Área privativa	x^2	-4,54	0,02
Serviços e mobiliário	$x^{1/2}$	-10,66	0,00
Valor total	$1/y^{1/2}$	19,20	0,00

FONTE: SISDea.

7.7.2.4 ANÁLISE DE VARIÂNCIA

A hipótese da equação de regressão não ser representativa é estudada através da análise de variância, dentro de uma probabilidade máxima de não existência da regressão de 1%.

A análise de variância é realizada, via teste de hipótese, utilizando-se a distribuição de Fisher-Snedecor (Anexo III).

No presente caso, o valor de F calculado, conforme apresentado no relatório do SISDea, foi de **FCALC = 59,50**.

7.7.2.5 ANÁLISE DA MULTICOLINEARIDADE

A existência de relação linear exata entre as variáveis independentes constitui a chamada multicolinearidade que provoca perturbações no modelo, podendo invalidar os resultados. O indício mais claro da existência da multicolinearidade é quando o R^2 é bastante alto, o que não acontece em nosso modelo (**$R^2=0,9219556$**). Além disso, foi verificada esta hipótese através dos gráficos apresentados a seguir, de onde se constatou que ela não existe.

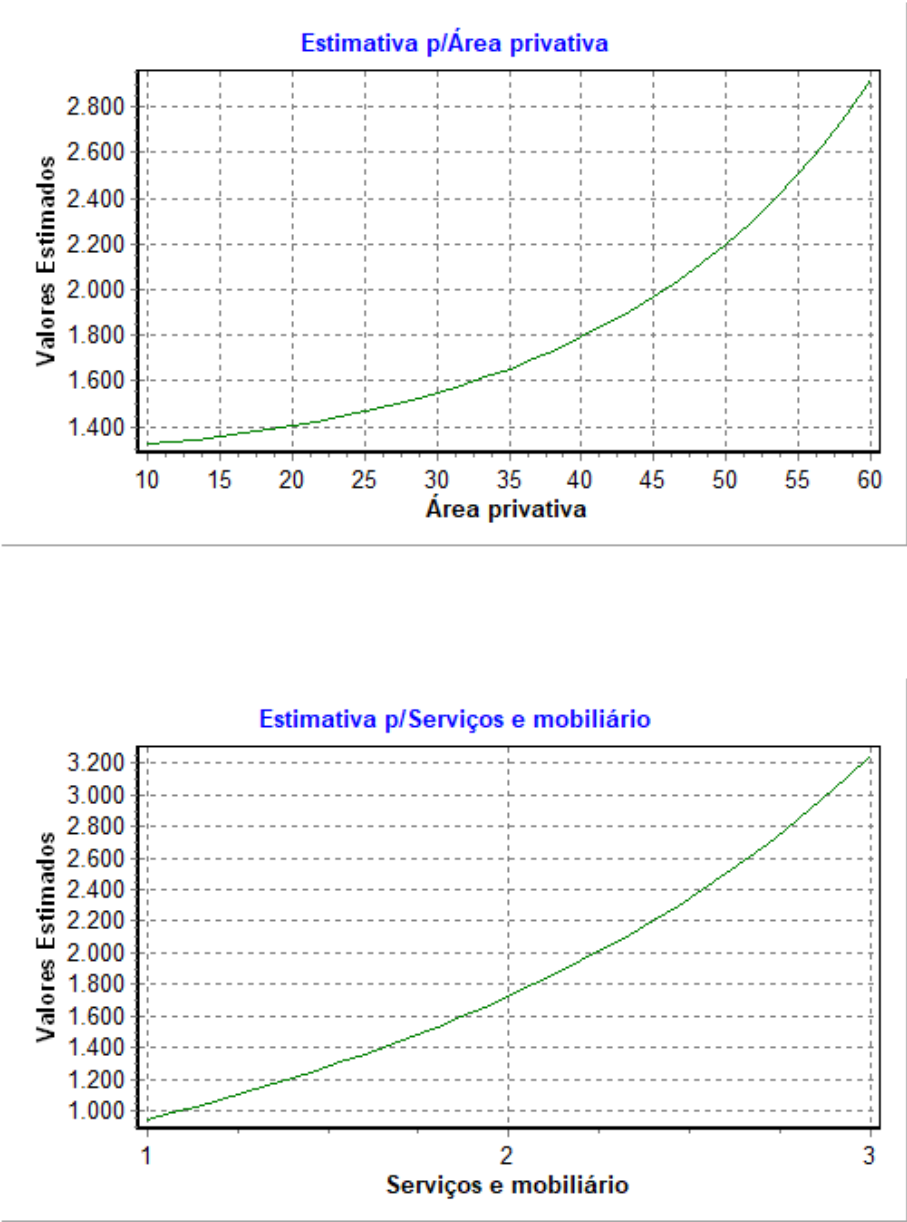


FIGURA 02: Estimativa para Área privativa (Fonte: SISDea)

7.7.2.6 ANÁLISE DE HOMOCEDASTICIDADE

A hipótese de variância constante dos resíduos (homocedasticidade) é fundamental, pois toda a teoria é baseada nesta condição. Esta hipótese foi verificada através de análise do Gráfico de resíduos - Regressão Linear (ANEXO III) e constatou-se que a variância dos resíduos é constante, ou seja, os pontos estão espalhados sem nenhum desenho definido.

7.7.2.7 NORMALIDADE DOS RESÍDUOS

A distribuição dos resíduos obtida pelo SISDea e apresentada na tabela de Normalização dos Resíduos (ANEXO III) está próxima da curva normal, o que torna o resultado aceitável sobre este aspecto.

O gráfico e a tabela ilustram os resultados obtidos no SISDea, que demonstram a adequação da distribuição dos resíduos obtida no SISDea (75%- 95% - 95%).

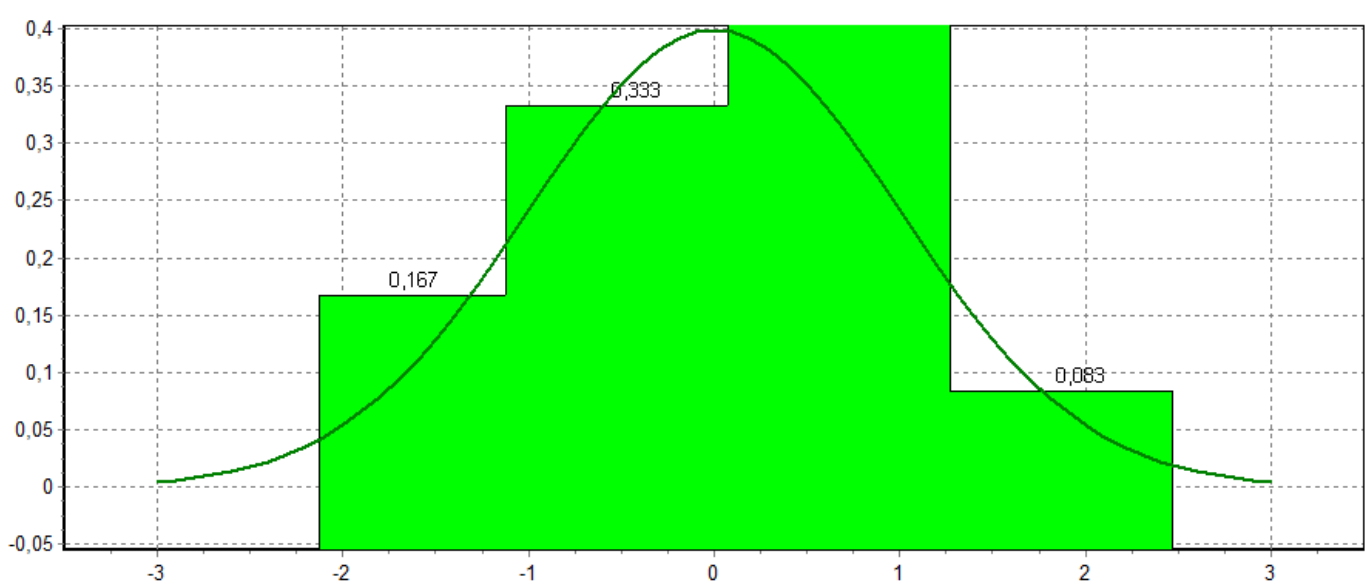


FIGURA 03: Distribuição (Fonte: SISDea)

TABELA 04: NORMALIDADE DOS RESÍDUOS

Distribuição dos resíduos	Curva Normal	Modelo
Resíduos situados entre -1σ e $+1\sigma$	68%	75%
Resíduos situados entre $-1,64\sigma$ e $+1,64\sigma$	90%	95%
Resíduos situados entre $-1,96\sigma$ e $+1,96\sigma$	95%	100%

7.7.3 INTERVALO DE PREDIÇÃO:

O campo de arbítrio corresponde à semi-amplitude de 15% em torno da estimativa pontual adotada. Em nosso modelo o campo de arbítrio obtido através do SISDea é apresentado na tabela a seguir:

TABELA 05: INTERVALO DE PREDIÇÃO

VALORES (R\$)	
Mínimo (18,60%)	710,12
Máximo (25,79%)	1.097,31

7.8 ESPECIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO

Na especificação da avaliação será determinado o grau de fundamentação e de precisão do modelo utilizado.

7.8.1 GRAUS DE FUNDAMENTAÇÃO NO CASO DE UTILIZAÇÃO DE MODELOS DE REGRESSÃO LINEAR

Serão utilizados os procedimentos indicados no item 9.2.1 da NBR 14653-2:2011.

7.8.1.1 Caracterização do Imóvel Avaliando

Completa quanto a todas as variáveis analisadas.

Pontuação: 3

7.8.1.2 Quantidade mínima de dados de mercado, efetivamente utilizados

Foram utilizados 25 dados de mercado, entretanto 24 imóveis foram efetivamente utilizados na avaliação. Sabe-se que no modelo 1 variável é independente ($k=1$), desta forma temos que $6(k+1)=18$ dados de mercado necessários, no mínimo, para o grau III.

Pontuação: 3

7.8.1.3 Identificação dos dados de mercado

Foram apresentadas informações relativas aos dados e variáveis efetivamente utilizados no modelo, sendo alguns sem foto.

Pontuação: 2

7.8.1.4 Extrapolação

Nenhuma extrapolação foi admitida.

Pontuação: 3

7.8.1.5 Nível de significância α máximo para a rejeição da hipótese nula de cada regressor

Conforme os resultados obtidos, a porcentagem ficou no limite dos 10%. **Pontuação: 3**

7.8.1.6 Nível de significância máximo admitido nos demais testes estatísticos realizados

Conforme os resultados obtidos no programa utilizado, as porcentagens ficaram abaixo de 1%.

Pontuação: 3

7.8.2 GRAU DE PRECISÃO PARA MODELO DE REGRESSÃO LINEAR

A amplitude do intervalo de confiança de 80% em torno do valor central da estimativa foi de **15,82%**, desta forma, foi obtido o GRAU III para a estimativa do valor no caso de utilização de modelos de regressão linear.

Im...	Valor	Max.	Min.	%Amp.	%Max.	%Min.	G.P
1	872,37	945,46	807,44	15,82	8,38	7,44	III

FIGURA 04: Amplitude (Fonte: SISDea)

8. ESTIMATIVA DO CONSUMO DE ENERGIA

Equipamento	Quant	Potência (W)	Horas utilizadas por dia	Dias no mês	Energia mensal (kWh/mês)
Computador	1	300	6	22	39,6
Central de ar de 9.000 BTU	1	1200	6	22	158,4
Lâmpadas	1	40	6	22	5,28
ENERGIA TOTAL POR MÊS					203,28
Tarifa de energia atual + encargos	R\$ 0,80				R\$ 162,62

9.

10. RESULTADO DA AVALIAÇÃO E SUA DATA DE REFERÊNCIA

Grau de fundamentação obtido: III

Grau de precisão para regressão linear obtido: III

Valor mensal da cessão de uso do imóvel: **R\$ 970,06**

Data de referência: **26 de janeiro de 2026.**

11. CONCLUSÃO

De acordo com a metodologia adotada neste trabalho pode-se afirmar com 80% de certeza que o valor máximo de mercado do referido imóvel, perfaz, em valores nesta data, para pagamento à vista, o montante de:

TABELA 06: VALOR FINAL

VALORES	FAIXA DE VARIAÇÃO DO VALOR MENSAL DA CESSÃO DE USO – R\$
MÍNIMO	807,44
MÉDIO	872,37
MÁXIMO	945,46

O valor médio corresponde à R\$ 872,37 (oitocentos e setenta e dois e trinta e sete centavos).


12. **ANEXO I – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DO IMÓVEL AVALIANDO**

13. **ANEXO II – RELATÓRIO DE AMOSTRAS**

14. **ANEXO III – ANÁLISE DE INFERÊNCIA ESTATÍSTICA**

15. **ANEXO IV – DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL AVALIANDO**

Porto Velho, RO, 27 de janeiro de 2026.

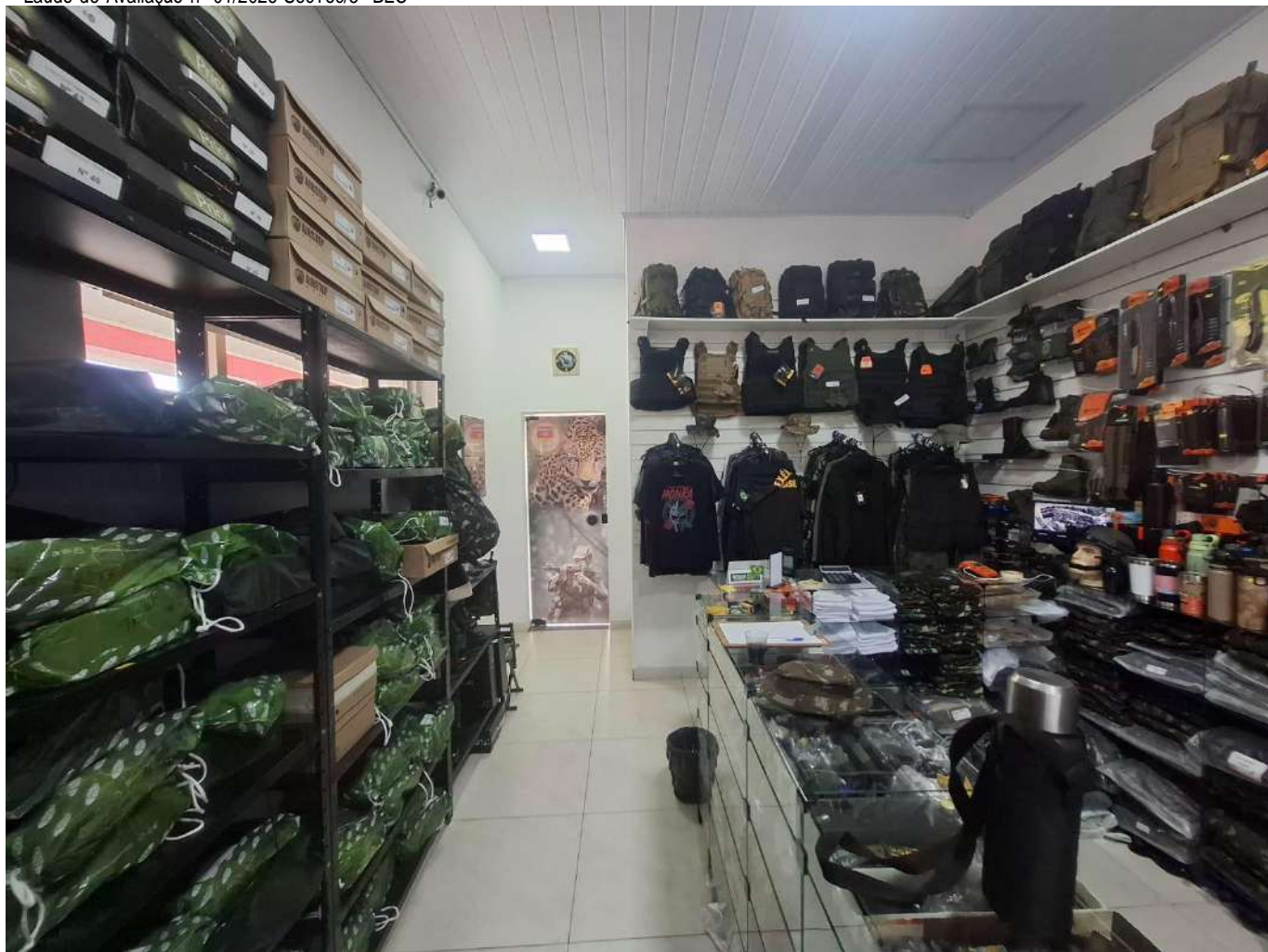
Documento assinado digitalmente
 **DANIEL MODESTO BARROS**
Data: 27/01/2026 14:07:23-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

DANIEL MODESTO BARROS
1º Ten Quadro de Engenheiros
Militares – Engenheiro de
Fortificação de Construção
Avaliador de imóveis da União
CREA/RO - 2323354256

ANEXO I – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DO IMÓVEL AVALIANDO











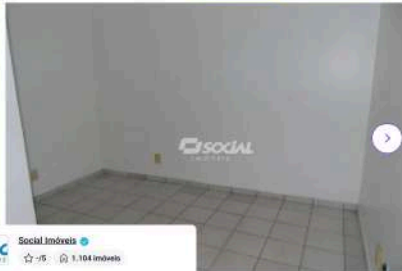






ANEXO II – RELATÓRIO DE AMOSTRAS

	Link	Endereço	Área (m²)	Serviços	Valor
1	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-conjunto-comercial-sala-sao-joao-bosco-porto-velho-ro-15m2-id-2865682272/?source=ranking%2Crp	São João Bosco com Av Abunã, Porto Velho - RO	15	2	R\$ 1.000,00
2	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-conjunto-comercial-sala-olaria-porto-velho-ro-30m2-id-2830936430/?source=ranking%2Crp	Rua José Bonifácio, 709 - Olaria, Porto Velho - RO	30	2	R\$ 1.800,00
3	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-loja-salao-areal-porto-velho-ro-60m2-id-2837332617/?source=ranking%2Crp	Avenida Campos Sales - Areal, Porto Velho - RO	60	2	R\$ 3.000,00
4	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-conjunto-comercial-sala-centro-porto-velho-ro-14m2-id-2830073055/?source=ranking%2Crp	Avenida Sete de Setembro, 1145 - Centro, Porto Velho - RO	14	3	R\$ 1.500,00
5	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-conjunto-comercial-sala-centro-porto-velho-ro-12m2-id-2653899158/?source=ranking%2Crp	Centro, Porto Velho - RO	12	1	R\$ 700,00
6	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-loja-salao-caiari-porto-velho-ro-50m2-id-2788983821/?source=ranking%2Crp	Caiari, Porto Velho - RO	50	3	R\$ 3.700,00
7	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/venda-conjunto-comercial-sala-centro-porto-velho-ro-24m2-id-2847371655/?source=ranking%2Crp	Centro, Porto Velho - RO	24	3	R\$ 2.500,00
8	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-conjunto-comercial-sala-com-zelador-centro-porto-velho-ro-30m2-id-2827540120/?source=ranking%2Crp	Travessa Guaporé, 556 - Centro, Porto Velho - RO	30	1	R\$ 1.050,00
9	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-conjunto-comercial-sala-pedrinhas-porto-velho-ro-22m2-id-2864057654/?source=ranking%2Crp	Rua Pio XII, 905 - Pedrinhas, Porto Velho - RO	22	3	R\$ 2.700,00
10	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-conjunto-comercial-sala-olaria-porto-velho-ro-37m2-id-2806540491/?source=ranking%2Crp	Olaria, Porto Velho - RO	37	2	R\$ 2.000,00
11	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-conjunto-comercial-sala-olaria-porto-velho-ro-39m2-id-2848583307/?source=ranking%2Crp	Olaria, Porto Velho - RO	39	2	R\$ 2.200,00
12	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-conjunto-comercial-sala-mobiliado-olaria-porto-velho-ro-25m2-id-2556694318/?source=ranking%2Crp	Olaria, Porto Velho - RO	25	2	R\$ 2.200,00
13	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-loja-salao-centro-porto-velho-ro-30m2-id-2833406914/?source=ranking%2Crp	Centro, Porto Velho - RO	30	3	R\$ 4.500,00
14	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-loja-salao-1-quarto-floresta-porto-velho-50m2-id-2831308420/?source=ranking%2Crp	Rua Santa Catarina, 1768 - Floresta, Porto Velho - RO	50	2	R\$ 2.000,00
15	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-conjunto-comercial-sala-embratel-porto-velho-ro-30m2-id-2840587738/?source=ranking%2Crp	Embratel, Porto Velho - RO	30	2	R\$ 1.500,00
16	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-conjunto-comercial-sala-com-porcelanato-sao-cristovao-porto-velho-ro-32m2-id-2788912532/?source=ranking%2Crp	São Cristóvão, Porto Velho - RO	32	2	R\$ 1.600,00
17	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-conjunto-comercial-sala-embratel-porto-velho-ro-48m2-id-2817576116/?source=ranking%2Crp	Embratel, Porto Velho - RO	48	3	R\$ 3.750,00
18	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-conjunto-comercial-sala-mobiliado-pedrinhas-porto-velho-ro-10m2-id-2825239659/?source=ranking%2Crp	Avenida Lauro Sodré, 1865 - Pedrinhas, Porto Velho - RO	10	3	R\$ 2.200,00
19	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-loja-salao-igarape-porto-velho-ro-48m2-id-2844979555/?source=ranking%2Crp	Rua Neuza, 6167 - Igarape, Porto Velho - RO	48	1	R\$ 1.000,00
20	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-loja-salao-7-quartos-nova-floresta-porto-velho-ro-55m2-id-2727833869/?source=ranking%2Crp	Avenida Jatuarana, 5358 - Nova Floresta, Porto Velho - RO	55	1	R\$ 1.500,00
21	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-loja-salao-cascalheira-porto-velho-ro-50m2-id-2828736314/?source=ranking%2Crp	Rua Itatiaia, 704 - Cascalheira, Porto Velho - RO	50	1	R\$ 1.500,00
22	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-conjunto-comercial-sala-com-tv-a-cabo-liberdade-porto-velho-ro-17m2-id-2825053744/?source=ranking%2Crp	Liberdade, Porto Velho - RO	17	2	R\$ 2.000,00
23	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-loja-salao-com-escritorio-cohab-porto-velho-ro-40m2-id-2863420358/?source=ranking%2Crp	Cohab, Porto Velho - RO	40	1	R\$ 1.000,00
24	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-conjunto-comercial-sala-com-ar-condicionado-roque-porto-velho-ro-40m2-id-2850800213/?source=ranking%2Crp	Rua Rafael Vaz e Silva - Roque, Porto Velho - RO	40	1	R\$ 958,00
25	https://www.zapimoveis.com.br/imovel/aluguel-conjunto-comercial-sala-caladinho-porto-velho-ro-35m2-id-2828734658/?source=ranking%2Crp	Rua Geraldo Siqueira, 3515 - Caladinho, Porto Velho - RO	35	1	R\$ 750,00

Dado 1



Aluguel / Conjuntos Comerciais e Salas / RJ / Conjuntos Comerciais e Salas para alugar em Porto Velho / São João Bosco

Para alugar

Sala / Conjunto

Compartilhar

Favoritar

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 15m² - São João Bosco

Metragem

Quartos

Banheiros

Vagas

15 m²

--

1

--

Publicado há 6 dias , atualizado há 6 dias.

Localização

São João Bosco, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Dados do mapa ©2026 Google

Termos

Comunicar um erro no mapa

Saiba mais sobre o imóvel

Envie uma mensagem

Daniel Modesto Barros

daniel_modesto_barros@hotmail.com

(62) 99962-1033

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 15m² - São João Bosco

Metragem

Quartos

Banheiros

Vagas

15 m²

--

1

--

Publicado há 6 dias , atualizado há 6 dias.

Localização

São João Bosco, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Dados do mapa ©2026 Google

Termos

Comunicar um erro no mapa

Saiba mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel

R\$ 1.000/mês

Condomínio

Isento

IPTU

Não informado

Valor total previsto

R\$ 1.000

Características do imóvel

15 m²

1 banheiro

1 andar

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 15m² - São João Bosco

Código do anunciante: SA0014 | Código no Zap: 2865682272

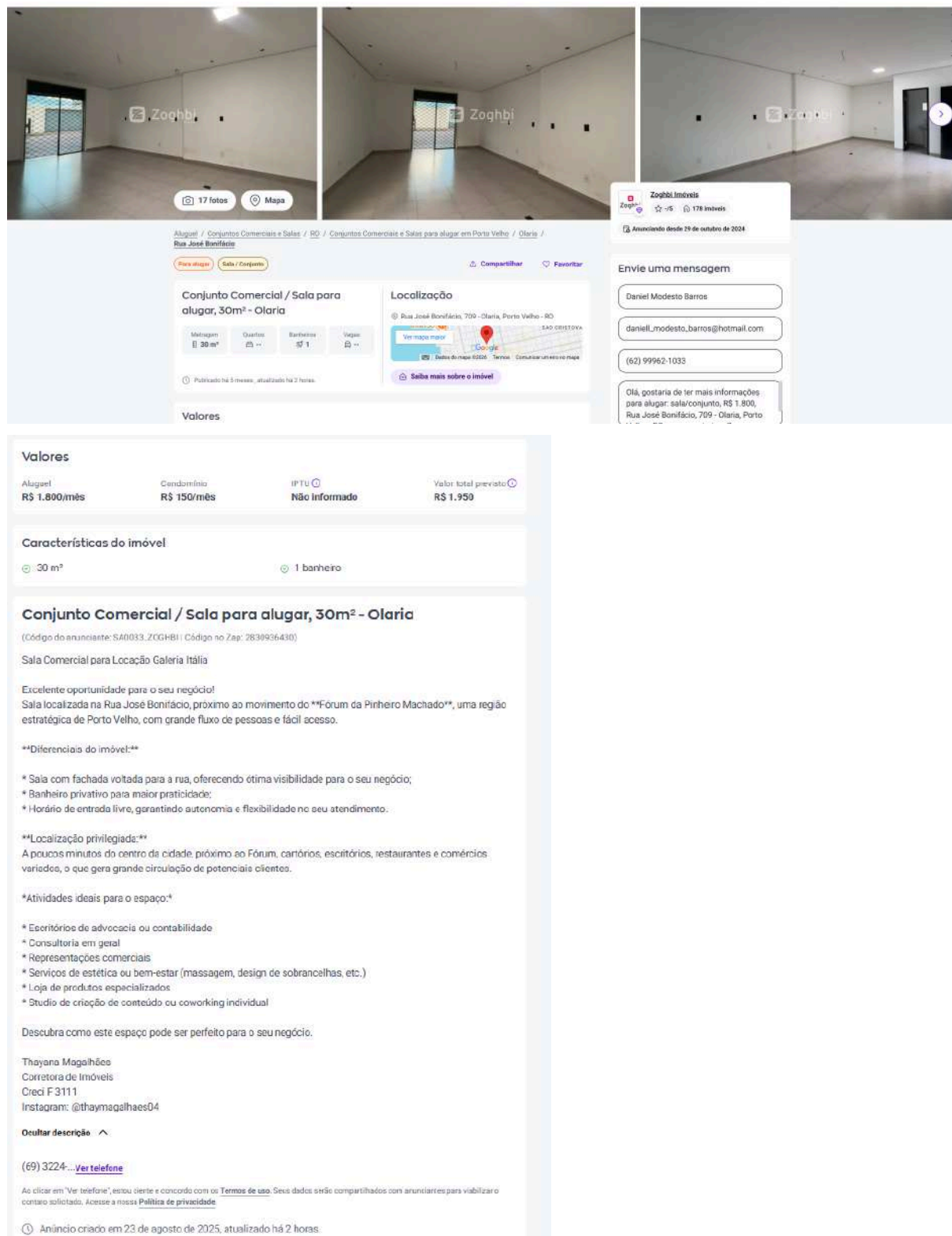
Sala com banheiro social e sacada, localizado próxima da Av. Abunã. -

(69) 2181-...[Ver telefone](#)

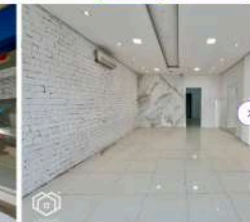

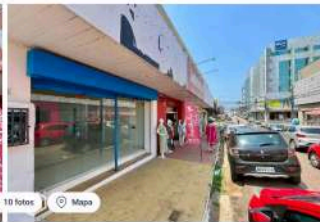

Ao clicar em "Ver telefone", estou ciente e concordo com os [Termos de uso](#). Seus dados serão compartilhados com anunciantes para viabilizar o contato solicitado. Acesse a nossa [Política de privacidade](#).

Anúncio criado em 16 de janeiro de 2026, atualizado há 6 dias.

Dado 2



Dado 3



Loja / Salão / Ponto Comercial para alugar, 60m² - Areal

Metragem

60 m²

Quartos

--

Banheiros

--


Vagas

--

Localização

Avenida Campos Sales - Areal, Porto Velho - RO

Ver mapa maior



Saiba mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel

R\$ 3.000/mês

Condomínio

Isento

IPTU

Não informado

Valor total previsto

R\$ 3.000

Envie uma mensagem

Daniel Modesto Barros

daniel_modesto_barros@hotmail.com

(62) 99962-1033

Eu gostaria de ter mais informações para alugar: ponto comercial/loja/box, R\$ 3.000, Avenida Campos Sales - Areal, Avenida Campos Sales - Areal, Avenida Campos Sales - Areal

Receber ofertas similares

Loja / Salão / Ponto Comercial para alugar, 60m² - Areal

Metragem

60 m²

Quartos

--

Banheiros

--


Vagas

--

Localização

Avenida Campos Sales - Areal, Porto Velho - RO

Ver mapa maior



Saiba mais sobre o imóvel

Publicado há 4 meses , atualizado há 12 horas.

Valores

Aluguel

R\$ 3.000/mês

Condomínio

Isento

IPTU

Não informado

Valor total previsto

R\$ 3.000

Características do imóvel

60 m²

Loja / Salão / Ponto Comercial para alugar, 60m² - Areal

(Código do anunciante: PT0103 | Código no Zap: 2837332617)

Ponto comercial localizando no centro da cidade, medindo aproximadamente 60m², com 01 lavabo e 01 copa.

Nosso corretor irá lhe acompanhar e lhe mostrar o melhor desse imóvel, agende sua visita presencial ou virtualmente. Disponibilidade de visitas de segunda à sábado, em horários flexíveis.

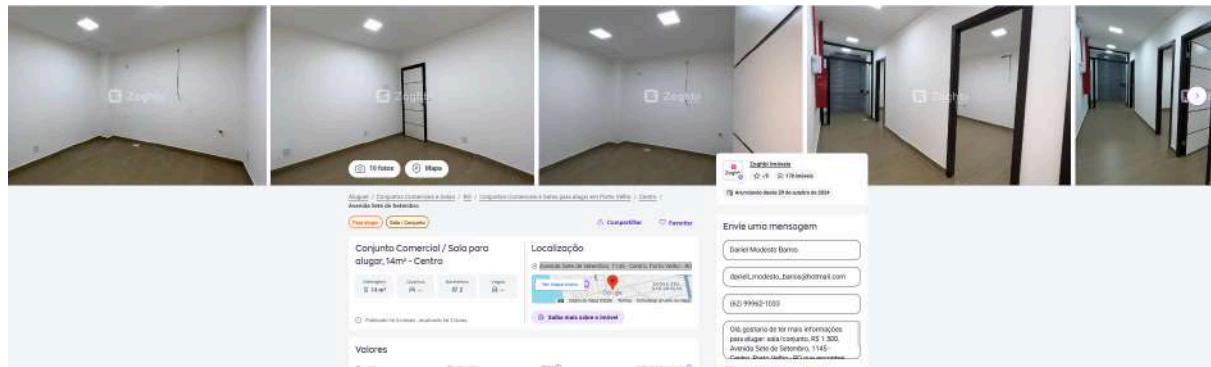
Obs.: IPTU e seguro incêndio obrigatório (por ser serviço de terceiros, os valores e condições de pagamento podem sofrer alterações). -

Ocultar descrição

(69) 99967-...[Ver telefone](#)

Ao clicar em "Ver telefone", estou ciente e concordo com os [Termos de uso](#). Seus dados serão compartilhados com anunciantes para viabilizar o contato solicitado. Acesse a nossa [Política de privacidade](#).

Anúncio criado em 17 de setembro de 2025, atualizado há 12 horas.



Conjunto Comercial / Sala para alugar, 14m² - Centro

Metrologia
14 m²

Quartos
..

Banheiros
2

Vagas
..

Localização

Avenida Sete de Setembro, 1745 - Centro, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Dados do mapa © Google

Salve mais sobre o imóvel

Publicado há 6 meses · atualizado há 2 horas.

Valores

Aluguel R\$ 1.500/mês	Cordãoimó Não informado	IP.TU Não informado	Valor total previsto R\$ 1.500
---------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------	--

Características do imóvel

14 m²

2 banheiros

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 14m² - Centro

(Código do anunciante: SA0024_EUGHBH | Código no Zap: 28300/3055)

****Sala Comercial para Locação Centro do Porto Velho****

Localizada em ponto estratégico, na esquina da Tenreiro Aranha com a Av. 7 de Setembro, essa sala oferece a visibilidade e praticidade que seu empreendimento precisa.

Uma sala novinha, bem iluminada e ideal para diferentes tipos de atividades, como: consultórios, escritórios, boutique, estúdio de estética, entre outros.

Sala OT:
Área: 14,18 m² (3,15m x 4,50m)
Nova o versátil, podendo ser adaptada a diferentes finalidades profissionais
Localização estratégica, próxima a bancos, cartórios, comércio e serviços

Estar no coração da cidade é garantir visibilidade e aproveitar todo o fluxo do centro comercial de Porto Velho.

De próximo passo para o sucesso do seu empreendimento.
Vamos agendar uma visita?

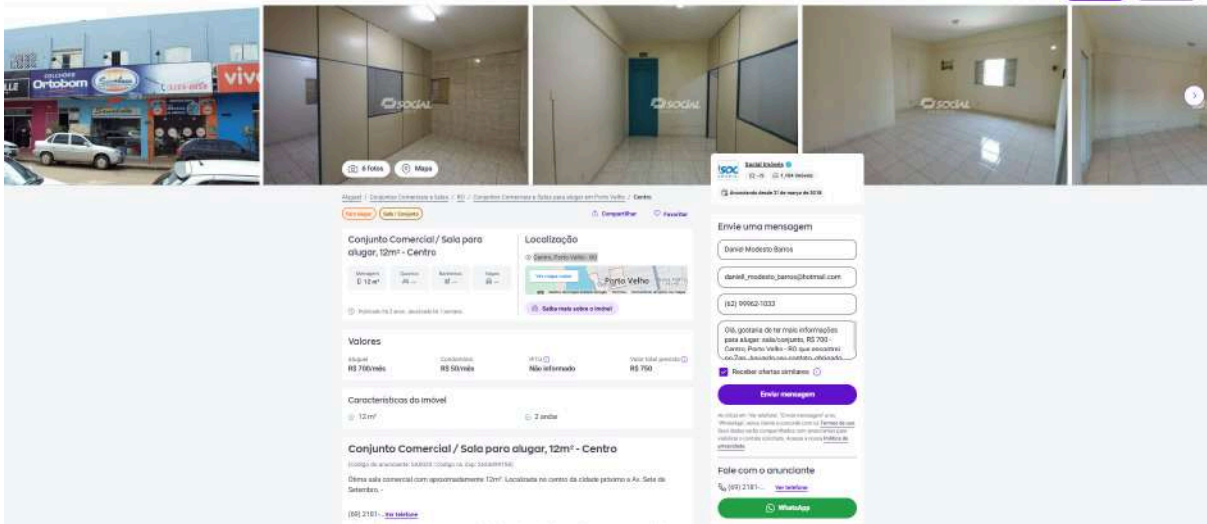
Thayana Magalhães
Corretora do Imóveis
Creci F 3111

Ocultar descrição

(65) 3224...[Ver telefone](#)

Ao clicar em "Ver telefone", estou ciente e concordo com os [Termos de uso](#). Seus dados serão compartilhados com anunciantes para viabilizar o contato solicitado. Assessor a nossa [Política de privacidade](#).

Anúncio criado em 20 de agosto de 2025, atualizado há 2 horas.



Conjunto Comercial / Sala para alugar, 12m² - Centro

Metroagem
12 m²

Quartos
--

Banheiros
--

Vagas
--

Publicado há 2 anos, atualizado há 1 semana.

Localização

Centro, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Dados do mapa ©2026 Google Termos Comunicar um erro no mapa

Saiba mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel
R\$ 700/mês

Condomínio
R\$ 50/mês

IPTU
Não informado

Valor total previsto
R\$ 750

Características do imóvel

12 m²

2 andar

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 12m² - Centro

(Código do anunciante: SA0020 | Código no Zap: 2653899158)

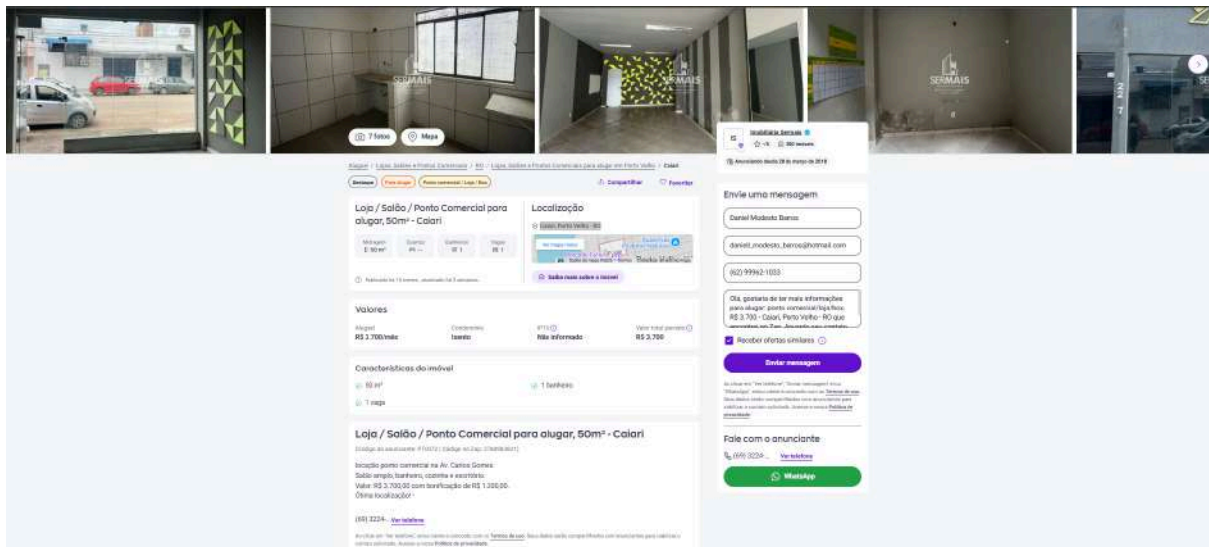
Ótima sala comercial com aproximadamente 12m². Localizada no centro da cidade próximo a Av. Sete de Setembro. -

(69) 2181-... [Ver telefone](#)

Ao clicar em "Ver telefone", estou ciente e concordo com os [Termos de uso](#). Seus dados serão compartilhados com anunciantes para viabilizar o contato solicitado. Acesse a nossa [Política de privacidade](#).

Anúncio criado em 5 de setembro de 2023, atualizado há 1 semana.

Dado 6



Loja / Salão / Ponto Comercial para alugar, 50m² - Caiari

Metragem

50 m²

Quartos

--

Banheiros

1

Vagas

1

Publicado há 10 meses , atualizado há 2 semanas.

Localização

Caiari, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Qualiervas Produtos Naturais

Mercado Cultural

Dados do mapa ©2025

Termos

Compartilhar um este no mapa

Saiba mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel	Condomínio	IPTU	Valor total previsto
R\$ 3.700/mês	Isento	Não informado	R\$ 3.700

Características do imóvel

50 m²

1 banheiro

1 vaga

Loja / Salão / Ponto Comercial para alugar, 50m² - Caiari

(Código do anunciante: PT0072 | Código no Zap: 2788983821)

locação ponto comercial na Av. Carlos Gomes.

Salão amplo, banheiro, cozinha e escritório.

Valor: R\$ 3.700,00 com bonificação de R\$ 1.200,00.

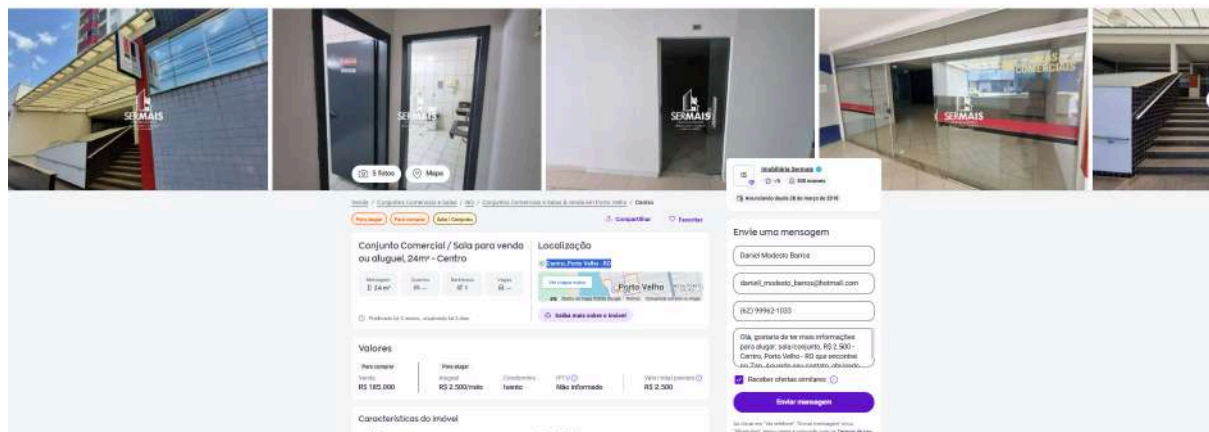
Ótima localização! -

(69) 3224-...[Ver telefone](#)

Ao clicar em "Ver telefone", estou ciente e concordo com os [Termos de uso](#). Seus dados serão compartilhados com anunciantes para viabilizar o contato solicitado. [Acesse a nossa Política de privacidade.](#)

Anúncio criado em 20 de março de 2025, atualizado há 2 semanas.

Dado 7



Conjunto Comercial / Sala para venda ou aluguel, 24m² - Centro

Metroqm

- 24 m²

Quartos

- 2

Banheiros

- 1

Vagas

- 2

Localização

Centro, Porto Velho - RO

[Ver mapa maior](#)

[Salva mais sobre o Imóvel](#)

Publicado há 2 meses, atualizado há 2 dias.

Valores

Para comprar	Para alugar			
Venda	Aluguel	Condomínio	IPTU	Valor total previsto
R\$ 185.000	R\$ 2.500/mês	Isento	Não informado	R\$ 2.500

Características do imóvel

- 24 m²
- 1 banheiro

Conjunto Comercial / Sala para venda ou aluguel, 24m² - Centro

(Código do anunciante: S40030 | Código no Zap: 2847371655)

Sala Comercial para Locação ou Venda Centro de Porto Velho (RO)

Excelente oportunidade para o seu negócio!

Sala comercial localizada na Av. Sete de Setembro, região central de Porto Velho, com grande fluxo de pessoas e fácil acesso.

Características:

- 24 m² de área total (4 m de frente x 6 m de fundo)
- Air-condicionado central instalado

Valores:

- Aluguel: R\$ 3.000,00/mês
Incluso condomínio.
- Venda: R\$ 185.000,00
Escuta proposta.

Perfeita para escritórios, consultórios, ou qualquer atividade que exija praticidade e boa visibilidade.

Localização estratégica: no coração da cidade, próxima a comércio, bancos e serviços.

Entre em contato e agende uma visita!



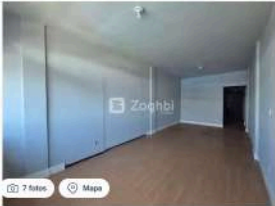

Ocultar descrição

(69) 3224- [Ver telefone](#)

Ao clicar em "Ver telefone", você concorda e autoriza com os Termos de uso. Seus dados serão compartilhados com parceiros para validar o contato solicitado. Acesse a nossa Política de privacidade

Anúncio criado em 31 de outubro de 2025, atualizado há 3 dias.

Dado 8



Aluguel / Conjunto Comercial e Sala / RD / Conjunto Comercial e Sala para alugar em Porto Velho / Centro

Para alugar

Sala / Conjunto

Compartilhar

Favorito

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 30m² - Centro

Imagem

30 m²

Quartos

0

Banheiros

1

Vagas

0

Elevador

Zelador

Recepção

Publicado há 5 meses, atualizado há 1 dia

Localização

Travessa Guaporã, 556 - Centro, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Porto Velho

Sede do mapa

Terminar

Compartilhar um link no mapa

Saiba mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel

R\$ 800/mês

Condomínio

R\$ 250/mês

IPTU

Não informado

Valor total previsto

R\$ 1.050

Características

Imóvel

Condomínio

30 m²

1 banheiro

Envie uma mensagem

Daniel Modesto Branco

daniel_modesto_branco@hotmail.com

(82) 99962-1031

Olá, gostaria de ter mais informações para alugar sala/conjunto, R\$ 800, Travessa Guaporã, 556 - Centro, Porto Velho - RO, para mais informações, clique no link abaixo

Receber ofertas similares

Enviar mensagem

Assistir em "YouTube", "TikTok" ou "Instagram" ou "WhatsApp", antes de clicar em "Enviar" ou "Compartilhar", para garantir que você não compartilhe informações pessoais ou confidenciais. Aprenda a nossa política de privacidade

Fale com o anunciante

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 30m² - Centro

Imagem

30 m²

Quartos

0

Banheiros

1

Vagas

0

Elevador

Zelador

Recepção

Publicado há 5 meses, atualizado há 1 dia

Localização

Travessa Guaporã, 556 - Centro, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Porto Velho

Sede do mapa

Terminar

Compartilhar um link no mapa

Saiba mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel

R\$ 800/mês

Condomínio

R\$ 250/mês

IPTU

Não informado

Valor total previsto

R\$ 1.050

Características

Imóvel

Condomínio

30 m²

1 banheiro

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 30m² - Centro

(Código do anunciante: SA0008_ZOQMBI | Código no Zap: 2827540120)

Um sala comercial no Edifício Rio Madeira, no terceiro andar com elevador.

É um espaço projetado para atividades comerciais, como lojas ou escritórios. Esse tipo de sala comercial é especialmente vantajoso para empresas que desejam estar em uma localização central e desfrutar de uma grande circulação de pessoas.

Ao entrar no prédio, os visitantes podem utilizar o elevador para acessar a sala comercial. O elevador proporciona uma maneira conveniente e acessível de transporte vertical, permitindo que clientes e funcionários se desloquem facilmente entre os diferentes andares do edifício.

Dentro da sala comercial, é possível encontrar um espaço amplo e bem-iluminado, com um layout adequado às necessidades do negócio, dependendo da finalidade comercial.

A presença do elevador em um prédio com sala comercial é uma comodidade valorizada tanto pelos proprietários dos negócios quanto pelos clientes, pois torna o espaço mais acessível e conveniente.

Ele proporciona uma experiência mais agradável e facilita a mobilidade, permitindo que pessoas de todas as idades e com diferentes necessidades possam visitar e aproveitar os serviços oferecidos.

Agende sua visita

Roseli Buzaglo
Corretora de Imóveis Creci 1949
Instagram @roselibuzaglo

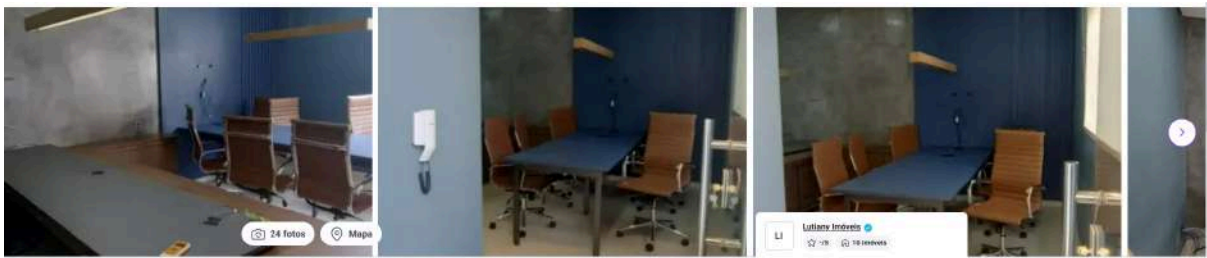
Ocultar descrição

(69) 3224-... [Ver telefone](#)

Ao clicar em "Ver telefone", você concorda com os [Termos de uso](#). Seus dados serão compartilhados com terceiros para substituir o contato selecionado. Acesse a nossa [Política de privacidade](#).

Anúncio criado em 9 de agosto de 2025, atualizado há 1 dia.

Dado 9



24 fotos

Mapa

Aluguel / Conjuntos Comerciais e Salas / RO / Conjuntos Comerciais e Salas para alugar em Porto Velho - Pedrinhas / Rua Pio XII

Para alugar

Sala / Conjunto

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 22m² - Pedrinhas

Localização

Metragem: 22 m²

Quartos: 0

Banheiros: 1

Vagas: 1

Publicado há 2 semanas, atualizado há 2 semanas.

Saiba mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel	Condomínio	IPTU	Valor total previsto
R\$ 2.500/mês	R\$ 200/mês	Não informado	R\$ 2.700

Envie uma mensagem

Daniel Modesto Barros

daniel_modesto_barros@hotmail.com

(62) 99962-1033

Ola, gostaria de ter mais informações para alugar: sala/conjunto, R\$ 2.500, Rua Pio XII, 905 - Pedrinhas, Porto Velho - RO.

☒ Receber ofertas similares

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 22m² - Pedrinhas

Metragem: 22 m²

Quartos: 0

Banheiros: 1

Vagas: 1

Publicado há 2 semanas, atualizado há 2 semanas.

Localização

Rua Pio XII, 905 - Pedrinhas, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Saiba mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel	Condomínio	IPTU	Valor total previsto
R\$ 2.500/mês	R\$ 200/mês	Não informado	R\$ 2.700

Características do imóvel

22 m²

1 banheiro

1 vaga

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 22m² - Pedrinhas

(Código do anunciante: 1EGGFV4 | Código no Zap: 2B64057654)

Escritório mobiliado para locação - 22 M2 - bairro Pedrinhas.

Contém: móveis planejados com cadeiras; central de ar, luminárias em led/Spots, lavabo externo, garagem privativa, janela/porta em vidro temperado, piso porcelanato, persiana em rolo, cadeiras para mesa de reunião, interfone e central de ar instalada.

Localização: bairro Pedrinhas - próximo ao CPA, SESC e do Tribunal de Contas.

Valor R\$ 2.500,00 (incluso o condomínio)

Lutiany Barbosa
CRECI 1130f

Ocultar descrição

(69) 98111-... Ver telefone

Ao clicar em "Ver telefone", estou cliente e concordo com os Termos de uso. Seus dados serão compartilhados com anunciantes para viabilizar o contato solicitado. Acesse a nossa Política de privacidade.

Anúncio criado em 9 de janeiro de 2026, atualizado há 2 semanas.

Imagem de uma loja com vitrine e entrada.

Imagem de uma escadaria interna.

Imagem de um banheiro com pia e vaso sanitário.

Imagem de um ambiente interno amplo e vazio.

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 37m² - Olaria

Metragem: 37 m²

Quartos:

Banheiros: 1

Vagas: 1

Localização

Olaria, Porto Velho - RO

[Ver no mapa maior](#)

[Saiba mais sobre o imóvel](#)

Publicado há 3 meses · atualizado há 4 dias

Valores

Régua	Compartilha	IP TLU	Valor total previsto
R\$ 2.000/mês	Isoento	Não informado	R\$ 2.000

Características do imóvel

- 37 m²
- 1 vaga
- 1 banheiro
- 1 andar

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 37m² - Olaria

(Código da inserção: SA0016 | Código no Zap: 2B0654D491)

SALA COMERCIAL PARA LOCAÇÃO AV. PINHEIRO MACHADO

Localização privilegiada, em uma das avenidas mais movimentadas da cidade!

Detalhes do imóvel:

Sala comercial ampla

01 banheiro privativo

Ideal para escritório, consultório, estúdio ou pequeno comércio

Excelente visibilidade e fácil acesso

Valor da locação: R\$ 2.000,00/mês

Despesas adicionais:

IPTU: conforme metragem da sala

Água: taxa fixa de R\$ 80,00

Energia elétrica: conforme consumo

Uma ótima oportunidade para estabelecer seu negócio em um ponto estratégico!

Entre em contato e agende uma visita!


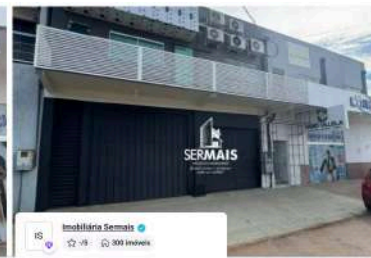
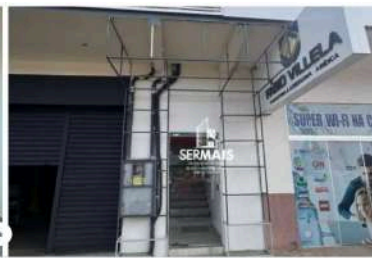
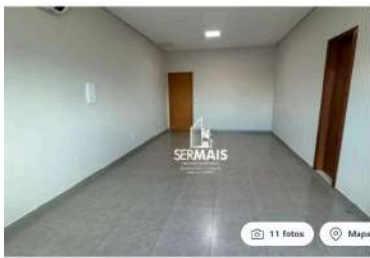
[Ocultar descrição](#)

(69) 3224... [Ver telefone](#)

Ao clicar em "Ver telefone", este cliente concorda com os Termos de uso. Seus dados serão compartilhados com anunciantes para melhorar o contato solicitado. Acesse a nossa Política de privacidade.

Anúncio criado em 15 de maio de 2025, atualizado há 4 dias.

Dado 11



Aluguel / Conjuntos Comerciais e Salas / RJ / Conjuntos Comerciais e Salas para alugar em Porto Velho / Olaria

Para alugar

Sala / Conjunto

Compartilhar

Favoritar

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 37m² - Olaria

Metragem: 37 m²

Quartos: 1

Banheiros: 1

Vagas: 1

Publicado há 6 meses · atualizado há 4 dias

Localização

Olaria, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Endereço: Rua 6303 Olaria - Porto Velho - RO

Saber mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel: R\$ 2.000/mês

Condomínio: Isento

IPTU: Não informado

Valor total previsto: R\$ 2.000

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 37m² - Olaria

(Código de anúncio: SAL0216 | Código por ZIP: 75025-6101)

SALA COMERCIAL PARA LOCAÇÃO AV. PINHEIRO MACHADO

Localização privilegiada, em uma das avenidas mais movimentadas da cidade!

Detalhes do imóvel

Sala comercial ampla

01 banheiro privativo

Ideal para escritório, consultório, estúdio ou pequeno comércio

Excelente visibilidade e fácil acesso

Valor da locação: R\$ 2.000,00/mês

Despesas adicionais:

IPTU conforme metragem da sala

Água: taxa fixa de R\$ 80,00

Energia elétrica: conforme consumo

Uma ótima oportunidade para estabelecer seu negócio em um ponto estratégico!

Entre em contato e agende uma visita!


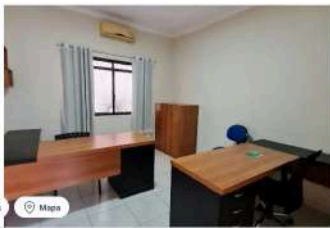

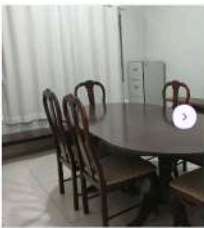
Outra descrição

(66) 3224-... Ver telefone

Atenção: em "Ver telefone" você estará concordando com os Termos de uso. Seus dados serão compartilhados com nossos parceiros para validação e contato comercial. Consulte a nossa Política de privacidade.

Anúncio criado em 15 de maio de 2025, atualizado há 4 dias.

Dado 12

Imóvels 44

Ativo desde 20 de março de 2011

Envie uma mensagem

Daniel Modesto Barros

daniel_modesto_barros@hotmail.com

(62) 99962-1033

Olá, gostaria de ter mais informações para alugar: sala/conjunto, R\$ 2.200 - Olaria, Porto Velho - RO que encontrei no Zillow. O imóvel é muito bom, gostaria de saber mais.

☒ Receber ofertas similares

Enviar mensagem

Alugar / Conjuntos Comerciais e Salas / RO / Conjuntos Comerciais e Salas para alugar em Porto Velho / Olaria

Detalhes Fotos Salas / Conjuntos

Compartilhar Favoritar

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 25m² - Olaria

Mostrar 25 m² Quartos 1 Banheiros 1 Vagas 1

Mobiliado Interfone Sistema de alarme

Publicado há 3 anos, atualizado há 3 meses

Localização

Olaria, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Sala mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel	Condomínio	IPTU	Valor total previsto
R\$ 2.200/mês	Isento	Não informado	R\$ 2.200

Características

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 25m² - Olaria

Mostrar 25 m² Quartos 1 Banheiros 1 Vagas 1

Mobiliado Interfone Sistema de alarme

Publicado há 3 anos, atualizado há 3 meses

Localização

Olaria, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Sala mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel	Condomínio	IPTU	Valor total previsto
R\$ 2.200/mês	Isento	Não informado	R\$ 2.200

Características

Imóvel	Condomínio
25 m²	1 banheiro
Mobiliado	Interfone

Ver mais

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 25m² - Olaria

(Código do anúncio: 5A0004 | Código do Zillow: 2556694318)

(Aluga-se) Sala Comercial, 25 m² por R\$ 2.200,00/mês - OLARIA - Porto Velho/RO

Excelente Sala Comercial Mobiliada, ideal para escritórios, valor está incluso água, luz, internet, diarista uma vez por semana e muito bem localizado.

Contamos com uma equipe de corretores especializados e dedicados a te ajudar e escolher a melhor opção!

Escolha 4A e encontre seu lar dos sonhos!

Telefone: (69) 3229.5655

Visite nosso site: Imovels4a.com.br

Endereço: Av. Calama, 3475, Emborá, Porto Velho - RO

Av. Calama, 3475, Emborá, Porto Velho -

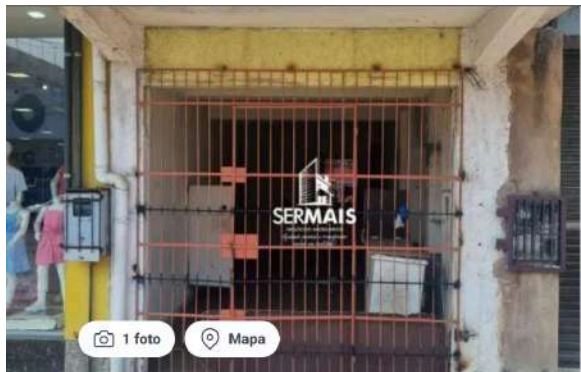
Ocultar descrição



(69) 3229-... Ver telefone

Atenção: em "Ver telefone", entre em contato e concorde com os Termos de uso. Seus dados serão compartilhados com anunciantes para facilitar o contato solicitado. Assine a nossa Política de privacidade

Anúncio criado em 30 de março de 2022, atualizado há 3 meses.

Dado 13





IS

Imobiliária Sermais

☆ 4.5

🏠 300 imóveis

Anunciando desde 28 de março de 2018

Aluguel / Lojas, Salões e Pontos Comerciais / RO / Lojas, Salões e Pontos Comerciais para alugar em Porto Velho / Centro

Para alugar

Ponto comercial / Loja / Box

Compartilhar

Favoritar

Loja / Salão / Ponto Comercial para alugar, 30m² - Centro

Metroagem

30 m²

Quartos

0

Banheiros

1


Vagas

0

Localização

Centro, Porto Velho - RO

Ver mapa maior



Envie uma mensagem

Daniel Modesto Barros

daniell_modesto_barros@hotmail.com

Loja / Salão / Ponto Comercial para alugar, 30m² - Centro

Metroagem

30 m²

Quartos

0

Banheiros

1


Vagas

0

Localização

Centro, Porto Velho - RO

Ver mapa maior



Publicado há 4 meses, atualizado há 5 dias

Salva mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel	Carência	IPTU	Valor total previsto
R\$ 4.500/mês	Isento	Não informado	R\$ 4.500

Características do imóvel

30 m²

1 banheiro

Loja / Salão / Ponto Comercial para alugar, 30m² - Centro

(Código do anúncio: P10081) (Código ZIP: 2803406/014)

Imóvel para Locação Av. 7 de Setembro, nº 874 (em frente às Lojas Marisa)

Dimensões do imóvel:

Fronte: 4 m

Profundidade: 30 m

Condições de Locação:

Aluguel mensal: R\$ 4.500,00

Carência: 4 meses

Durante o período de carência, o locatário será responsável apenas pelo pagamento de água, energia elétrica, IPTU e taxa de lixo.

Bonificação no 1º ano: 50% de desconto sobre o valor remanescente do aluguel (após o reajuste pelo IGP-M).

Bonificação no 2º ano: 30% de desconto (após o reajuste pelo IGP-M).

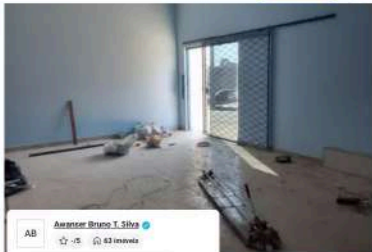
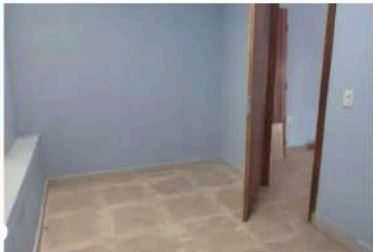
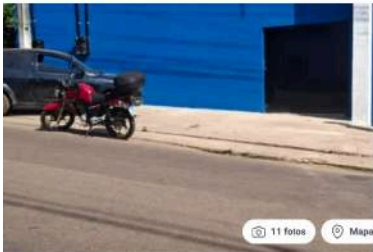
Preço de venda: A definir

Ocultar descrição

(69) 3224...Ver telefone

Ao clicar em "Ver telefone", este cliente é redirecionado para os Termos de uso. Seus dados serão compartilhados com esta empresa para possibilitar o contato solicitado. Acesse e leia a Política de privacidade

Anúncio criado em 8 de setembro de 2025, atualizado há 5 dias.



Aluguel / Loja, Salão e Ponto Comercial / R.O. / Loja, Salão e Ponto Comercial para alugar em Porto Velho / Floresta / Rua Santa Catarina

Para alugar

Ponto comercial / Loja / Box

Compartilhar

Favoritar

Loja / Salão / Ponto Comercial com 1 Quarto para alugar, 50m² - Floresta

Metragem

Quartos

Banheiros

Vagas

50 m²

1

1

1

Publicado há 5 meses, atualizado há 1 semana.

Localização

Rua Santa Catarina, 1768 - Floresta, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

NOVA FLORESTA

Ver mapa maior

Dados do mapa © 2025 - Terms - Comunicar um erro no mapa

Saiba mais sobre o imóvel

Valores

Envie uma mensagem

Daniel Modesto Barros

daniel_modesto_barros@hotmail.com

(62) 99962-1033

Olá, gostaria de ter mais informações para alugar: ponto comercial/loja/box, R\$ 2.000, Rua Santa Catarina, 1768 - Floresta, Porto Velho, RO para alugar?

Loja / Salão / Ponto Comercial com 1 Quarto para alugar, 50m² - Floresta

Metragem

Quartos

Banheiros

Vagas

50 m²

1

1

1

Publicado há 5 meses, atualizado há 1 semana.

Localização

Rua Santa Catarina, 1768 - Floresta, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

NOVA FLORESTA

Ver mapa maior

Dados do mapa © 2025 - Terms - Comunicar um erro no mapa

Saiba mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel

R\$ 2.000/mês

Condomínio

Isento

IPTU

Isento

Valor total previsto

R\$ 2.000

Características do imóvel

50 m²

1 quarto

1 banheiro

1 vaga

Loja / Salão / Ponto Comercial com 1 Quarto para alugar, 50m² - Floresta

(Código do anunciante: PTCOMERALU | Código no Zap: 2831308420)

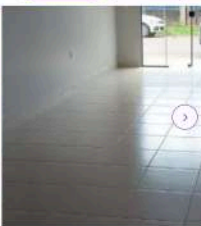
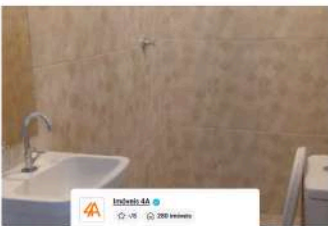
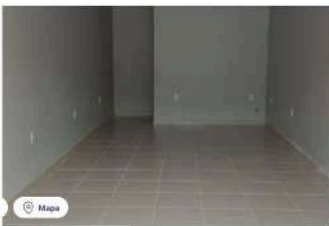
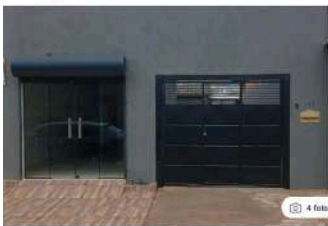
Ponto comercial bem localizado na Rua Santa Catarina no bairro Nova floresta, região bem movimentada. Ponto com 50 m² de salão com cozinha, e banheiro social ideal para o seu negócio

(69) 99922-...[Ver telefone](#)

Ao clicar em "Ver telefone", estou ciente e concordo com os [Termos de uso](#). Seus dados serão compartilhados com anunciantes para viabilizar o contato solicitado. Acesse a nossa [Política de privacidade](#).

Anúncio criado em 25 de agosto de 2025, atualizado há 1 semana.

Dado 15



4 fotos

Mapa

Imobiliária 4A

Assessoria Imobiliária 10 de março de 2019

Enviar uma mensagem

Daniel Modesto Barros

daniel_modesto_barros@hotmail.com

(62) 99942-1433

Olá, gostaria de ter mais informações para alugar: sala/comparto, R\$ 1.500 - Embratel, Porto Velho - RO que encontrei no Zillow. Gostaria de saber mais sobre o imóvel.

☒ Receber ofertas similares

Enviar mensagem

Aluguel / Comparto Comercial e Sala para alugar em Porto Velho - Embratel

Para alugar

Sala / Comparto

Compartilhar

Favoritar

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 30m² - Embratel

Metroagem

Quartos

Banheiros

Vagas

30 m²

02

01

00

Publicado há 3 meses, atualizado há 7 horas

Localização

Embratel, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Salva mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel

R\$ 1.500/mês

Condomínio

Isento

IPTU

Não informado

Valor total previsto

R\$ 1.500

Características do imóvel

30 m²

1 banheiro

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 30m² - Embratel

Metroagem

Quartos

Banheiros

Vagas

30 m²

02

01

00

Publicado há 3 meses, atualizado há 7 horas

Localização

Embratel, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Salva mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel

R\$ 1.500/mês

Condomínio

Isento

IPTU

Não informado

Valor total previsto

R\$ 1.500

Características do imóvel

30 m²

1 banheiro

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 30m² - Embratel

(Código do anunciante: SA0027 | Código no Zap: 2840587738)

(Aluga-se) Sala, 30 m² por R\$ 1.500/mês - Pedacinho de Chão - Porto Velho/RO

Oportunidade para você que busca praticidade e localização estratégica para o seu negócio!

Características do Imóvel:

Sala comercial com 30 m² bem distribuídos

Ambientes iluminados e de fácil adaptação para diferentes segmentos

01 banheiro privativo para maior comodidade

Ideal para escritórios, consultórios ou pequenos negócios que buscam um espaço funcional e pronto para receber seu projeto.

Escolha a 4A e encontre seu lar dos sonhos!

Telefone: (69) 3229.5555

Visite nosso site: imoveis4a.com.br

Endereço: Av. Calama, 3475, Embratel, Porto Velho - RO





Ocultar descrição

(69) 3229-... [Ver telefone](#)

Ao clicar em "Ver telefone", estou ciente e concordo com os [Termos de uso](#). Seus dados serão compartilhados com anunciantes para viabilizar o contato solicitado. [Acesse a nossa Política de privacidade](#)

Anúncio criado em 1 de outubro de 2025, atualizado há 7 horas.

Dado 16



Aluguel / Conjuntos Comerciais e Salas / RO / Conjuntos Comerciais e Salas para alugar em Porto Velho / São Cristóvão

[Destaque](#) [Para alugar](#) [Sala / Conjunto](#)

[Compartilhar](#) [Favoritar](#)

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 32m² - São Cristóvão

Metragem
32 m²

Quartos
--

Banheiros
1

Vagas
--

Porcelanato +1

Publicado há 10 meses, atualizado há 11 horas.

Valores

Aluguel	Condomínio	IPTU	Valor total previsto
R\$ 1.600/mês	Isento	Não informado	R\$ 1.600

Envie uma mensagem

Daniel Modesto Barros

daniel_modesto_barros@hotmail.com

(62) 99962-1033

Ola, gostaria de ter mais informações para alugar: sala/conjunto, R\$ 1.600 - São Cristóvão, Porto Velho - RO que

☒ Receber ofertas similares

Localização

São Cristóvão, Porto Velho - RO

[Ver mapa maior](#)

[Saiba mais sobre o imóvel](#)

Valores

Aluguel	Condomínio	IPTU	Valor total previsto
R\$ 1.600/mês	Isento	Não informado	R\$ 1.600

Características do imóvel

✓ 32 m²

✓ 1 banheiro

✓ 1 andar

✓ Porcelanato

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 32m² - São Cristóvão

(Código do anunciante: SA0044 | Código no Zap: 2788912532)


Ótima sala comercial para locação com excelente acabamento, piso em porcelanato e um banheiro. Sala B disponível - medindo 35 m² com uma banheiro. -

(69) 2181-...[Ver telefone](#)

Ao clicar em "Ver telefone", estou ciente e concordo com os [Termos de uso](#). Seus dados serão compartilhados com anunciantes para viabilizar o contato solicitado. Acesse a nossa [Política de privacidade](#).

🕒 Anúncio criado em 20 de março de 2025, atualizado há 11 horas.

Dado 17



Aluguel / Conjuntos Comerciais e Salas / 10 / Conjuntos Comerciais e Salas para alugar em Porto Velho / Embratel

For alugar

Sala / Conjunto

Compartilhar

Favorito

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 48m² - Embratel

Metroagem

Quartos

Banheiros

Vagas

48 m²

4

6

6

Publicado há 7 meses · atualizado há 1 semana

Localização

Embratel, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Saiba mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel

R\$ 3.750/mês

Condomínio

Isento

IPTU

Não informado

Valor total previsto

R\$ 3.750

Características do imóvel

48 m²

4 quartos

6 banheiros

6 vagas

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 48m² - Embratel

Envie uma mensagem

Daniel Modesto Barros

daniel_modesto.barros@hotmail.com

(62) 99462-1033

Olá, gostaria de ter mais informações para alugar: sala/conjunto, R\$ 3.750 - Embratel, Porto Velho - RO que encontrei

Receber ofertas similares

Enviar mensagem

Fale com o anunciante

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 48m² - Embratel

Metroagem

Quartos

Banheiros

Vagas

48 m²

4

6

6

Publicado há 7 meses · atualizado há 1 semana

Localização

Embratel, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Saiba mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel

R\$ 3.750/mês

Condomínio

Isento

IPTU

Não informado

Valor total previsto

R\$ 3.750

Características do imóvel

48 m²

4 quartos

6 banheiros

6 vagas

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 48m² - Embratel

(Código do anunciante: SA0112 | Código no Zap: 2817576116)

Lindas salas comerciais para locação com estrutura robusta e fino acabamento, todas em porcelanado, com teto em gesso, iluminação de led, banheiros com acessibilidade, estacionamento privativo (rotativo), área técnica, amplo espaço para fachada.

Salas: R\$ 3,750,00.

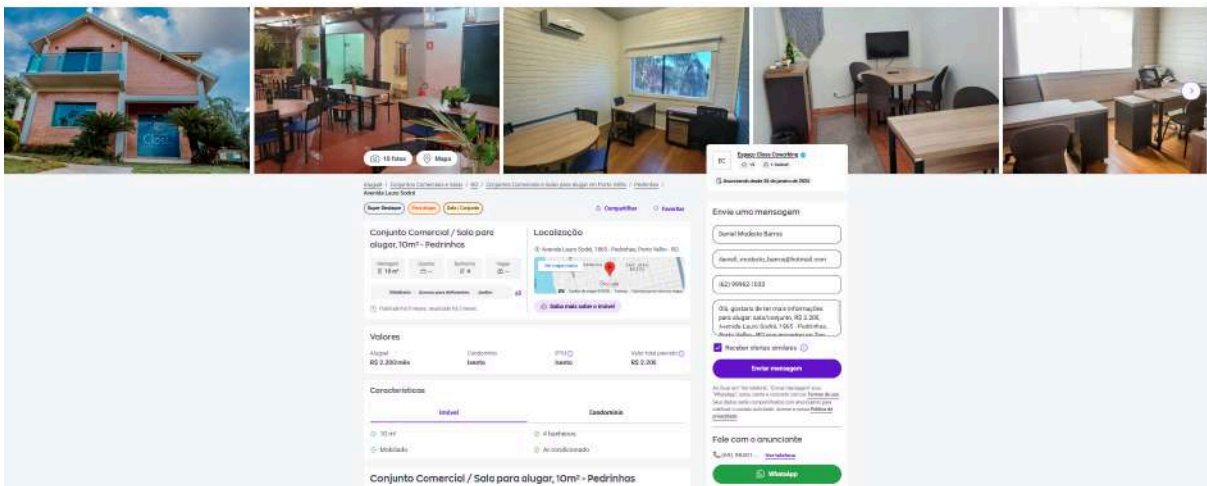
Sala Esquina: R\$ 4,000,00. -

(69) 2181-...[Ver telefone](#)

Ao clicar em "Ver telefone", estou ciente e concordo com os [Termos de uso](#). Seus dados serão compartilhados com anunciantes para viabilizar o contato solicitado. Acesse a nossa [Política de privacidade](#).

Anúncio criado em 29 de junho de 2025, atualizado há 1 semana.

Dado 18



Conjunto Comercial / Sala para alugar, 10m² - Pedrinhas

Metragem

10 m²

Quartos

2

Banheiros

4

Vagas

2

Mobiliado

Acesso para deficientes

Jardim

+3

Publicado há 5 meses, atualizado há 2 meses.

Localização

Avenida Lauro Sodré, 1865 - Pedrinhas, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

PRINHA

SÃO JOÃO BOSCO

Dados do mapa 6/2026

Termos

Compartilhar sem erro no mapa

Saiba mais sobre o Imóvel

Valores

Aluguel	Condomínio	IPTU	Valor total previsto
R\$ 2.200/mês	Isento	Isento	R\$ 2.200

Características

Imóvel	Condomínio
10 m²	4 banheiros
Mobiliado	Ar-condicionado

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 10m² - Pedrinhas

(Código do anunciante: 038EB5F3 | Código no Zap: 2825239659)

Sala para escritório no bairro Pedrinhas. Bem localizado, próximo ao Tribunal de Justiça, Tribunal de contas, Ministério Público, CPA, hotéis, supermercados e restaurantes.

Somos o Coworking Espaço Closs e oferecemos uma experiência inovadora para sua empresa. Nosso serviço inclui as salas para contrato anual com pagamento mensal. São contratos de prestação de serviços e não de locação. Não exigimos fiador ou Caução. Aviso Prévia de 60 dias.

Temos diversas configurações de salas. As salas são climatizadas e mobiliadas (a mobília pode ser adequada conforme a necessidade do cliente, bem como você pode personalizar sua sala). As salas com 10 m2 comportam até 05 pessoas.

No valor mensal já está incluído: Energia, internet, segurança, IPTU, limpeza, seguro, manutenção, recepção e até o cafezinho.

Nossa estrutura conta com 21 salas de escritório, 2 salas de reuniões de uso coletivo com agendamento prévio, banheiros de uso comum, copa de uso comum, ampla área de convivência.

Venha conhecer um jeito novo de trabalhar sem ter que se preocupar com demandas administrativas do local. Agende uma visita.


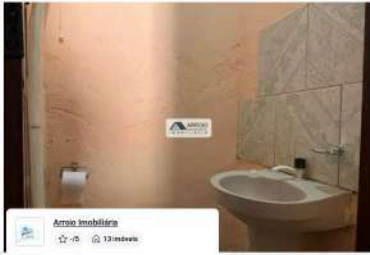


Ocultar descrição

(69) 98401-...[Ver telefone](#)

Ao clicar em "Ver telefone", estou ciente e concordo com os [Termos de uso](#). Seus dados serão compartilhados com anunciantes para viabilizar o contato solicitado. [Acesse a nossa Política de privacidade.](#)

Anúncio criado em 30 de julho de 2025, atualizado há 2 meses.

Dado 19



Aluguel / Lojas, Salões e Pontos Comerciais / RO / Lojas, Salões e Pontos Comerciais para alugar em Porto Velho / Igarapé / Rua Neuza

5 fotos Mapa

Loja / Salão / Ponto Comercial para alugar, 48m² - Igarapé

Metragem: 48 m² Quartos: 0 Banheiros: 1 Vagas: 0

Publicado há 3 meses, atualizado há 1 mês

Localização

Rua Neuza, 6167 - Igarapé, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Salva mais sobre o imóvel

Envie uma mensagem

Daniel Modesto Barros

daniel.modesto_barros@hotmail.com

(62) 99962-1033

Ola, gostaria de ter mais informações para alugar: ponto comercial/loja/box, R\$ 1.000, Rua Neuza 6167 - Igarapé, Porto Velho - RO, para mais informações, por favor, entre em contato.

Loja / Salão / Ponto Comercial para alugar, 48m² - Igarapé

Metragem48 m²

Quartos0

Banheiros1


Vagas0

Publicado há 3 meses, atualizado há 1 mês.

Localização

Rua Neuza, 6167 - Igarapé, Porto Velho - RO

Ver mapa maior



Salva mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel	Condomínio	IPTU	Valor total previsto
R\$ 1.000/mês	Isento	Não informado	R\$ 1.000

Características do imóvel

48 m²

1 banheiro

Loja / Salão / Ponto Comercial para alugar, 48m² - Igarapé

(Código do anunciante: MI109D | Código no Zap: 2844979555)

PONTO COMERCIAL DISPONÍVEL PARA LOCAÇÃO

Endereço: Rua Neuza, Bairro Igarapé

O ponto comercial com 48 m² possui salão amplo com bancada e um banheiro social. O imóvel possui poço artesiano.

Valor R\$1.000,00

Contato





Ocultar descrição

(69) 3221-...[Ver telefone](#)

Ao clicar em "Ver telefone", estou ciente e concordo com os [Termos de uso](#). Seus dados serão compartilhados com anunciantes para viabilizar o contato solicitado. Acesse a nossa [Política de privacidade](#).

Anúncio criado em 21 de outubro de 2025, atualizado há 1 mês.

Dado 20



[Reportar](#) / [Lugares, Salões e Pontos Comerciais](#) / [R\\$](#) / [Lugares, Salões e Pontos Comerciais para alugar em Porto Velho](#) / [Nova Floresta](#) / [Avenida Jatuarana](#)

[Para alugar](#)

Loja / Salão / Ponto Comercial com 7 Quartos para alugar, 55m² - Nova...

Metragem
55 m²

Quartos
7

Banheiros
7

Andar
1

Publicado há 1 ano · atualizado há 2 meses

Localização
Avenida Jatuarana, 5358 - Nova Floresta, Porto Velho - RO

[Ver mapa maior](#)

[Saiba mais sobre o imóvel](#)

Valores

Aluguel	Condomínio	IPTU	Valor total previsto
R\$ 1.500/mês	Isento	Não informado	R\$ 1.500

Características do imóvel

Envie uma mensagem

Daniel Modesto Barros

[daniel_modesto_barros@hotmail.com](#)

(62) 99962-1033

☒ **Receber ofertas similares**

[Enviar mensagem](#)

Loja / Salão / Ponto Comercial com 7 Quartos para alugar, 55m² - Nova...

Metragem
55 m²

Quartos
7

Banheiros
7

Vagas
--

Publicado há 1 ano, atualizado há 2 meses.

Localização

Avenida Jatuarana, 5358 - Nova Floresta, Porto Velho - RO

[Ver mapa maior](#)

[Saiba mais sobre o imóvel](#)

Valores

Aluguel R\$ 1.500/mês	Condomínio Isento	IPTU Não informado	Valor total previsto R\$ 1.500
--------------------------	----------------------	-----------------------	-----------------------------------

Características do imóvel

55 m²

7 quartos

7 banheiros

1 andar

Loja / Salão / Ponto Comercial com 7 Quartos para alugar, 55m² - Nova Floresta

(Código do anunciante: 17LR8PL | Código no Zap: 2727833869)

Excelente prédio comercial localizado na Av. Jatuarana esquina com Rua Sucupira contendo as seguinte ponto comercial e salas;

Piso superior:

Sala n.º 02 contendo um vão livre de 48,00 m² com um banheiro. Valor R\$ 1.500,00.

Sala n.º 04 com a frente e lateral para Av. Jatuarana, contendo um vão livre de 50,00 m² com um banheiro. Valor R\$ 1.500,00.

Sala n.º 05 com a frente para Rua Sucupira, contendo um vão livre de 69,00 m² com um banheiro. Valor R\$ 1.500,00.

Aceitamos Proposta.

Ocultar descrição

(69) 99904... [Ver telefone](#)

Ao clicar em "Ver telefone", estou ciente e concordo com os [Termos de uso](#). Seus dados serão compartilhados com anunciantes para viabilizar o contato solicitado. [Acesse a nossa Política de privacidade](#)

Anúncio criado em 11 de julho de 2024, atualizado há 2 meses.

Casabino Imóveis Ltda

☆ 5 94 imóveis

Assessoria desde 29 de junho de 2012

Envie uma mensagem

Daniel Modesto Barros

daniell_modesto_barros@hotmail.com

(62) 99962-1033

Olá, gostaria de ter mais informações para alugar: ponto comercial/loja/box, R\$ 1.500, Rua Itatiaia, 704 - Cascavelha,

Loja / Salão / Ponto Comercial para
alugar, 50m² - Cascalheira

Metragem

50 m²

Quartos

--

Banheiros

1

Vagas

--

Publicado há 5 meses, atualizado há 10 horas.

Localização

Rua Itatiaia, 704 - Cascalheira, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Saiba mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel

R\$ 1.500/mês

Condomínio

Isto

IP/TU

Isto

Valor total previsto

R\$ 1.500

Características do imóvel

50 m²

1 banheiro

Loja / Salão / Ponto Comercial para alugar, 50m² - Cascalheira

(Código do anunciante: 255 | Código no Zap: 2828736314)

Ponto Comercial para Locação - Rua Itatiaia nº 704 com Rua Infinito. Bairro: Cascalheira - Porto Velho/RO.

Excelente oportunidade para o seu negócio! Disponível para locação ponto comercial com localização estratégica próxima a uma das principais vias da cidade.

✓ Valor de locação: R\$ 1.500,00/mês

✓ Garantia Locatícia: Loft (fiador digital)

✓ IPTU/TRSD incluso no valor do aluguel

✓ Contrato de locação: 30 meses.

✓ Primeiro aluguel com 30 dias após assinatura do contrato.

Excelente oportunidade para o seu negócio! Disponível para locação ponto comercial com localização estratégica em uma das principais vias da cidade.


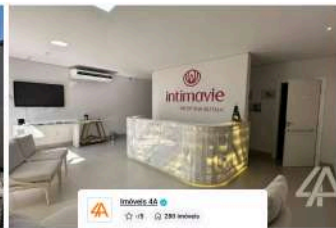

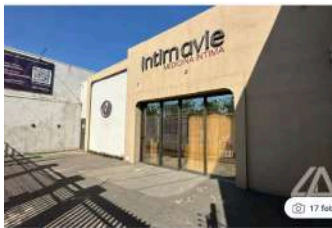
Calisbino Imóveis e Arquitetura - Bons Negócios, realizando grandes sonhos!
CRECI J3235 | CAU J5542

Ocultar descrição ^

(69) 99327-... Ver telefone

Ao clicar em "Ver telefone", estou ciente e concordo com os Termos de uso. Seus dados serão compartilhados com anunciantes para viabilizar o contato solicitado. Acesse a nossa Política de privacidade

Anúncio criado em 14 de agosto de 2025, atualizado há 10 horas.



Aluguel / Conjuntos Comerciais e Salas / R\$ / Conjuntos Comerciais e Salas para alugar em Porto Velho / **Liberdade**

[Ver mapa](#) [Salas / Conjuntos](#) [Compartilhar](#) [Favorito](#)

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 17m² - Liberdade

Metragem
17 m²

Quartos
—

Banheiros
4

Vagas
3

TV a cabo · Cofre · Sistema de alarme

Publicado há 1 mês, atualizado há 1 semana

Localização

Liberdade, Porto Velho - RO

Ver mapa no Google Maps

Salas mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel	Condomínio	IPTU	Valor total previsto
R\$ 2.000/mês	Isento	Não informado	R\$ 2.000

Características

Envie uma mensagem

Daniel Modesto Barros

daniel_modesto_barros@hotmail.com

(62) 99962-1033

Olá, gostaria de ter mais informações para alugar: sala/conjunto, R\$ 2.000 - Liberdade, Porto Velho - RO que

☒ Receber ofertas similares

Enviar mensagem

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 17m² - Liberdade

Metragem
17 m²

Quartos
—

Banheiros
4

Vagas
3

TV a cabo · Cofre · Sistema de alarme

Publicado há 1 mês, atualizado há 1 semana

Localização

Liberdade, Porto Velho - RO

Ver mapa no Google Maps

Salas mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel	Condomínio	IPTU	Valor total previsto
R\$ 2.000/mês	Isento	Não informado	R\$ 2.000

Características

Imóvel	Condomínio
17 m²	4 banheiros
3 vagas	TV a cabo

[Ver mais](#)

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 17m² - Liberdade

(Código do anúncio: 5A0021 | Código no Zap: 2825093746)

(Aluguel) Sala Comercial, 12 à 17m² por R\$ 2.000/mês - Liberdade - Porto Velho/RO

Excelente oportunidade para quem busca um espaço bem localizado e pronto para atender diversas áreas de atuação, com infraestrutura completa e funcionalidade para o dia a dia.

Características do Imóvel:

- 4 salas comerciais disponíveis, com metragens entre 12m² e 17m², ideais para consultórios, escritórios ou atendimentos especializados.
- Cada sala está disponível por R\$ 2.000,00 mensais.
- Banheiro social de uso comum.
- Recepção organizada, garantindo conforto aos clientes e visitantes.
- Sala de coleta e triagem, perfeita para clínicas e laboratórios.
- Vagas de garagem para maior comodidade.
- Sistema de câmeras para maior segurança.
- Prédio equipado com placa solar, proporcionando economia de energia.

Espaço pronto para atender empresas que buscam praticidade, segurança e excelente localização.

Escolha a 4A e encontre seu lar dos sonhos!

Telefone: (69) 3229-5555

Visite nosso site: imoveis4a.com.br



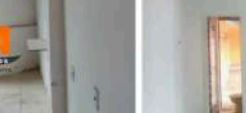
Endereço: Av. Calama, 3475, Emboratel, Porto Velho - RO

[Ocultar descrição](#)

(69) 3229-... [Ver telefone](#)

Ao clicar em "Ver telefone", este cliente é ciente e concorda com os [Termos de uso](#). Seus dados serão compartilhados com anunciantes para viabilizar o contato solicitado. Acesse a nossa [Política de privacidade](#).

Anúncio criado em 29 de julho de 2025, atualizado há 1 semana.

Aluguel / Lojas, Salões e Pontos Comerciais / RD / Lojas, Salões e Pontos Comerciais para alugar em Porto Velho / Cohab

Para alugar Pontos comercial / Loja / Box

Loja / Salão / Ponto Comercial para alugar, 40m² - Cohab

Mensagem 40 m² Quartos 1 Banheiro 1 Vagas 1

Exercício

Publicado há 2 semanas, atualizado há 3 dias

Valores

Aluguel	Condomínio	IPTU	Valor total previsto
R\$ 1.000/mês	Isento	Não informado	R\$ 1.000

Características do imóvel

Localização: Cohab, Porto Velho - RO
 Rua da Imagem 6308 - Tororé - Cohab (ao lado do shopping)

Enviar mensagem
 Daniel Modesto Barros
 daniel_modesto_barros@hotmail.com
 (62) 99962-1033

Olá, gostaria de ter mais informações para alugar: ponto comercial/loja/box, R\$ 1.000 - Cohab, Porto Velho - RO que me mandem em 7 dias. Agradeço muito.

☒ Receber ofertas similares

Enviar mensagem

Loja / Salão / Ponto Comercial para alugar, 40m² - Cohab

Metroragem
40 m²

Quartos
--

Banheiros
\$ 1

Vagas
--

Escritório

Publicado há 2 semanas • atualizado há 3 dias

Localização

Cohab, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Saiba mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel
R\$ 1.000/mês

Condomínio
Isetto

IPJU
Não informado

Valor total previsto
R\$ 1.000

Características do imóvel

40 m²

Escritório

1 banheiro

Loja / Salão / Ponto Comercial para alugar, 40m² - Cohab

(Código do anunciante: PT0077 | Código no Zap: 2863420358)

Aluga-se Ponto Comercial Próximo à Av. Jatuarana

Ponto comercial em localização estratégica, próximo à Avenida Jatuarana, região de grande fluxo e fácil acesso.

Próximo a farmácia, supermercado, ponto policial e outros serviços essenciais, oferecendo ótima visibilidade e comodidade para clientes e colaboradores.

Características do imóvel:

Espaço amplo

Banheiro

Ideal para diversos tipos de comércio

Valor da Locação R\$1.200,00

Mais informações: entre em contato com o Setor de Locações

Telefone:

Corretora: Aldineia -

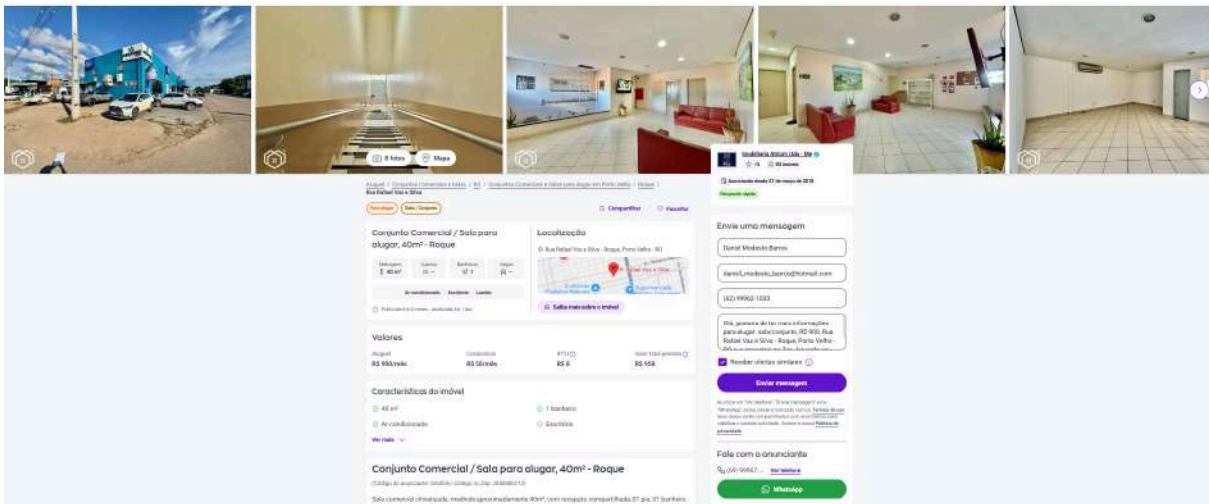
Ocultar descrição

(69) 3213-...[Ver telefone](#)

Ao clicar em "Ver telefone", estou ciente e concordo com os [Termos de uso](#). Seus dados serão compartilhados com anunciantes para viabilizar o contato solicitado. Acesse a nossa [Política de privacidade](#).

Anúncio criado em 6 de janeiro de 2026, atualizado há 3 dias.

Dado 24



Conjunto Comercial / Sala para alugar, 40m² - Roque

Metroragem

40 m²

Quartos

2

Banheiros

1

Vagas

2

Ar-condicionado

Escritório

Lavabo

Publicado há 2 meses · atualizado há 1 dia

Localização

Rua Rafael Vaz e Silva - Roque, Porto Velho - RO

Ver mapa maior

Saiba mais sobre o imóvel

Valores

Aluguel	Condomínio	IPTU	Valor total previsto
R\$ 900/mês	R\$ 50/mês	R\$ 8	R\$ 958

Características do imóvel

40 m²

1 banheiro

Ar-condicionado

Escritório

Ver mais

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 40m² - Roque

(Código do anunciante: SA0036 | Código no Zap: 2850800213)

Sala comercial climatizada, medindo aproximadamente 40m², com recepção compartilhada, 01 pia, 01 banheiro.

Nosso guia irá lhe acompanhar e lhe mostrar o melhor desse imóvel, agende sua visita presencial ou virtualmente. Disponibilidade de visitas de segunda à sábado, em horários flexíveis.

Obs.: IPTU e seguro incêndio obrigatório (por ser serviço de terceiros, os valores podem sofrer alterações).


Ocultar descrição



(69) 99967-...[Ver telefone](#)

Ao clicar em "Ver telefone", estou ciente e concordo com os [Termos de uso](#). Seus dados serão compartilhados com anunciantes para viabilizar o contato solicitado. Acesse a nossa [Política de privacidade](#).

Anúncio criado em 13 de novembro de 2025, atualizado há 1 dia.

Dado 25





Aluguel / Conjuntos Comerciais e Salas / RO / Conjuntos Comerciais e Salas para alugar em Porto Velho / Caladinho / Rua Geraldo Siqueira

[Para alugar](#) [Sala / Conjunto](#)

[Compartilhar](#) [Favoritar](#)

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 35m² - Caladinho

Metroagem

35 m²

Quartos

2

Banheiros

1

Vagas

2

Publicado há 5 meses · atualizado há 5 dias

Localização

Rua Geraldo Siqueira, 3515 - Caladinho, Porto Velho - RO

[Ver mapa maior](#)

[Saiba mais sobre o imóvel](#)

Valores

Aluguel

R\$ 750/mês

Condomínio

Isento

IPTU

Isento

Valor total previsto

R\$ 750

Características do imóvel

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 35m² - Caladinho

Metroagem

35 m²

Quartos

2

Banheiros

1

Vagas

2

Publicado há 5 meses · atualizado há 5 dias

Localização

Rua Geraldo Siqueira, 3515 - Caladinho, Porto Velho - RO

[Ver mapa maior](#)

[Saiba mais sobre o imóvel](#)

Valores

Aluguel

R\$ 750/mês

Condomínio

Isento

IPTU

Isento

Valor total previsto

R\$ 750

Características do imóvel

35 m²

1 banheiro

Conjunto Comercial / Sala para alugar, 35m² - Caladinho

(Código do anunciante: 211 | Código no Zap: 2828734658)

Ponto comercial localizado na Rua Geraldo Siqueira nº 3515, Bairro: Caladinho, em Porto Velho/RO.

Observação:

- Seguro Incêndio obrigatório (por ser serviço de terceiros, os valores podem sofrer alterações).
- Garantia Locatícia: caução no valor de 02 aluguéis.
- Contrato mínimo de 30 meses.

Entre em contato conosco e agende sua visita!

Calisbino Imóveis e Arquitetura - Bons Negócios, realizando grandes sonhos!
CRECI J3235 | CAU J55426-1

Ocultar descrição

(69) 99327-... [Ver telefone](#)

Ao clicar em "Ver telefone", estou ciente e concordo com os [Termos de uso](#). Seus dados serão compartilhados com anunciantes para viabilizar o contato solicitado. Acesse a nossa [Política de privacidade](#).

Anúncio criado em 14 de agosto de 2025, atualizado há 5 dias.

Calisbino Imóveis Ltda

CI

5

94 imóveis

Anunciando desde 20 de junho de 2022

Envie uma mensagem

Daniel Modesto Barros

daniel_modesto_barros@hotmail.com

(62) 99962-1033

Olá, gostaria de ter mais informações para alugar: sala/conjunto, R\$ 750, Rua Geraldo Siqueira, 3515 - Caladinho, Porto Velho - RO.

☒ Receber ofertas similares

Enviar mensagem

ANEXO III – ANÁLISE DE INFERÊNCIA ESTATÍSTICA E PROJEÇÃO DE VALORES

1) INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Autor:	Daniel Modesto Barros
Modelo:	Imóveis comerciais - apenas área
Data do modelo:	segunda-feira, 26 de janeiro de 2026
Tipologia:	Lojas

2) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Variáveis e dados do modelo	Quant.
Total de variáveis:	3
Variáveis utilizadas no modelo:	3
Total de dados:	25
Dados utilizados no modelo:	24

3) DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS:

Nome	Tipo	Classificação	Descrição da varável	Habilitada
Área privativa	Numérica	Quantitativa	Area privativa da unidade medida em m ²	Sim
Serviços e mobiliário	Numérica	Quantitativa		Sim
Valor total	Numérica	Dependente	Valor total do imóvel	Sim

4) ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS:

Nome da variável	Valor Mínimo	Valor Máximo	Amplitude	Valor Médio
Área privativa	10,00	60,00	50,00	34,54
Serviços e mobiliário	1,00	3,00	2,00	1,92
Valor total	700,00	4.500,00	3.800,00	1.962,83

5) COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO, DETERMINAÇÃO E ESTATÍSTICA F:

Estatísticas do modelo	Estatística
Coeficiente de correlação:	0,9219556 / 0,8547274
Coeficiente de determinação:	0,8500021
Fisher - Snedecor:	59,50
Significância do modelo (%):	0,00

6) NORMALIDADE DOS RESÍDUOS:

Distribuição dos resíduos	Curva Normal	Modelo
Resíduos situados entre -1σ e $+1\sigma$	68%	75%

Relatórios Estatísticos – Regressão Linear

Resíduos situados entre $-1,64\sigma$ e $+1,64\sigma$	90%	95%
Resíduos situados entre $-1,96\sigma$ e $+1,96\sigma$	95%	95%

7) OUTLIERS DO MODELO DE REGRESSÃO:

Quantidade de outliers:	0
% de outliers:	0,00%

8) ANÁLISE DA VARIÂNCIA:

Fonte de variação	Soma dos Quadrados	Graus de Liberdade	Quadrado Médio	F
Explicada	0,001	2	0,000	59,501
Não Explicada	0,000	21	0,000	
Total	0,001	23		

9) EQUAÇÃO DE REGRESSÃO / FUNÇÃO ESTIMATIVA (moda, mediana e média):

$$1/\text{Valor total}\% = +0,05606213519 - 2,559319879\text{E-}06 * \text{Área privativa}^2 - 0,02047488798 * \text{Serviços e mobiliário}\%$$

10) TESTES DE HIPÓTESES (significância dos regressores):

Variáveis	Transf.	t Obs.	Sig.(%)
Área privativa	x^2	-4,54	0,02
Serviços e mobiliário	$x\frac{1}{2}$	-10,66	0,00
Valor total	$1/y\frac{1}{2}$	19,20	0,00

11) CORRELAÇÕES PARCIAIS ISOLADAS:

Variável	Alias	x1	x2	y
Área privativa	x1	0,00	-0,21	-0,19
Serviços e mobiliário	x2	-0,21	0,00	-0,84
Valor total	y	-0,19	-0,84	0,00

12) CORRELAÇÕES PARCIAIS INFLUÊNCIA:

Relatórios Estatísticos – Regressão Linear

Variável	Alias	x1	x2	y
Área privativa	x1	0,00	0,71	0,70
Serviços e mobiliário	x2	0,71	0,00	0,92
Valor total	y	0,70	0,92	0,00

13) TABELA DE RESÍDUOS DA REGRESSÃO E DISTANCIA DE COOK

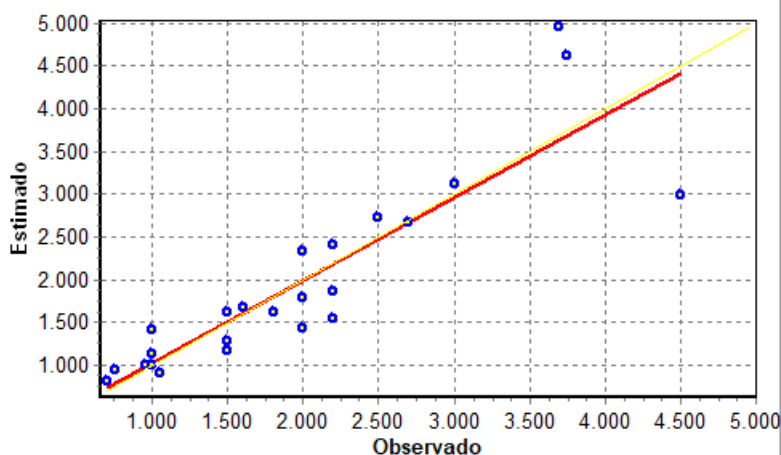
Dado	Observado	Estimado	Resíduo	Resíduo (%)	Resíduo / DP	DCook
1	0,03162300	0,02653000	0,00509200	16,1034%	1,971623	0,16465100
2	0,02357000	0,02480300	-0,00123300	-5,2297%	-0,477252	0,00444700
3	0,01825700	0,01789300	0,00036500	1,9975%	0,141202	0,00376300
5	0,03779600	0,03521900	0,00257800	6,8201%	0,998033	0,11577200
6	0,01644000	0,01420000	0,00224000	13,6230%	0,867117	0,08380800
7	0,02000000	0,01912400	0,00087600	4,3779%	0,339001	0,00656100
8	0,03086100	0,03328400	-0,00242300	-7,8520%	-0,938194	0,05263600
9	0,01924500	0,01936000	-0,00011500	-0,5969%	-0,044474	0,00011900
10	0,02236100	0,02360300	-0,00124200	-5,5539%	-0,480824	0,00366700
11	0,02132000	0,02321400	-0,00189300	-8,8812%	-0,733102	0,00885900
12	0,02132000	0,02550700	-0,00418700	-19,6370%	-1,620949	0,06813200
13	0,01490700	0,01829500	-0,00338800	-22,7279%	-1,311774	0,08737500
14	0,02236100	0,02070800	0,00165300	7,3911%	0,639884	0,01850800
15	0,02582000	0,02480300	0,00101700	3,9388%	0,393757	0,00302700
16	0,02500000	0,02448600	0,00051400	2,0579%	0,199190	0,00070300
17	0,01633000	0,01470200	0,00162800	9,9695%	0,630324	0,03686200
18	0,02132000	0,02034300	0,00097700	4,5845%	0,378429	0,01124800
19	0,03162300	0,02969100	0,00193200	6,1102%	0,748097	0,03184200
20	0,02582000	0,02784500	-0,00202500	-7,8444%	-0,784187	0,06395200
21	0,02582000	0,02918900	-0,00336900	-13,0483%	-1,304409	0,11106300
22	0,02236100	0,02636700	-0,00400600	-17,9151%	-1,550996	0,09395400
23	0,03162300	0,03149200	0,00013000	0,4125%	0,050503	0,00011600
24	0,03230900	0,03149200	0,00081600	2,5263%	0,316010	0,00454000
25	0,03651500	0,03245200	0,00406300	11,1263%	1,572991	0,12315200

14) TABELA DE FUNDAMENTAÇÃO - NBR 14653-2

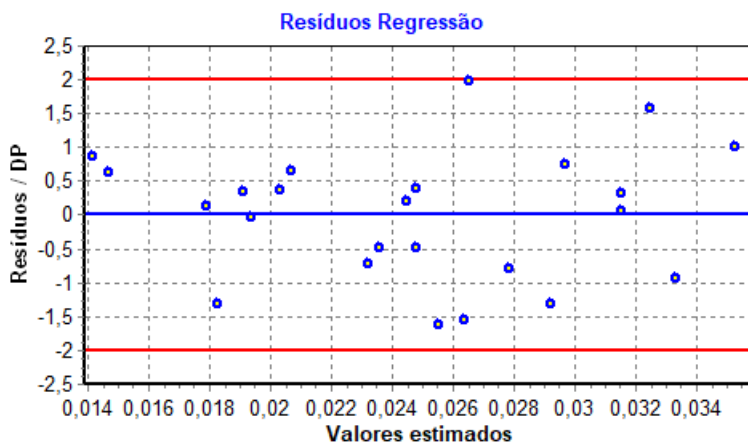
Item	Descrição	Grau III	Grau II	Grau I	Pontos obtidos
1	Caracterização do imóvel avaliando	Completa quanto a todas as variáveis analisadas	Completa quanto às variáveis utilizadas no modelo	Adoção de situação paradigma	
2	Quantidade mínima de dados de mercado, efetivamente utilizados	6 (k+1), onde k é o número de variáveis independentes	4 (k+1), onde k é o número de variáveis independentes	3 (k+1), onde k é o número de variáveis independentes	3
3	Identificação dos dados de mercado	Apresentação de informações relativas a todos os dados e variáveis analisados na modelagem, com foto e características conferidas pelo autor do laudo	Apresentação de informações relativas a todos os dados e variáveis analisados na modelagem	Apresentação de informações relativas aos dados e variáveis efetivamente utilizados no modelo	
4	Extrapolação	Não admitida	Admitida para apenas uma variável, desde que: a) as medidas das características do imóvel avaliando não sejam superiores a 100% do limite amostral superior, nem inferiores à metade do limite amostral inferior, b) o valor estimado não ultrapasse 15% do valor calculado no limite da fronteira amostral, para a referida variável	Admitida, desde que: a) as medidas das características do imóvel avaliando não sejam superiores a 100 % do limite amostral superior, nem inferiores à metade do limite amostral inferior; b) o valor estimado não ultrapasse 20 % do valor calculado no limite da fronteira amostral, para as referidas variáveis, de per si e simultaneamente, e em módulo	
5	Nível de significância (somatório do valor das duas caudas) máximo para a rejeição da hipótese nula de cada regressor (teste bicaudal)	10%	20%	30%	3
6	Nível de significância máximo admitido para a rejeição da hipótese nula do modelo através do teste F de Snedecor	1%	2%	5%	3

15) **GRÁFICOS DE ADERÊNCIA E DE RESÍDUOS DA REGRESSÃO:**

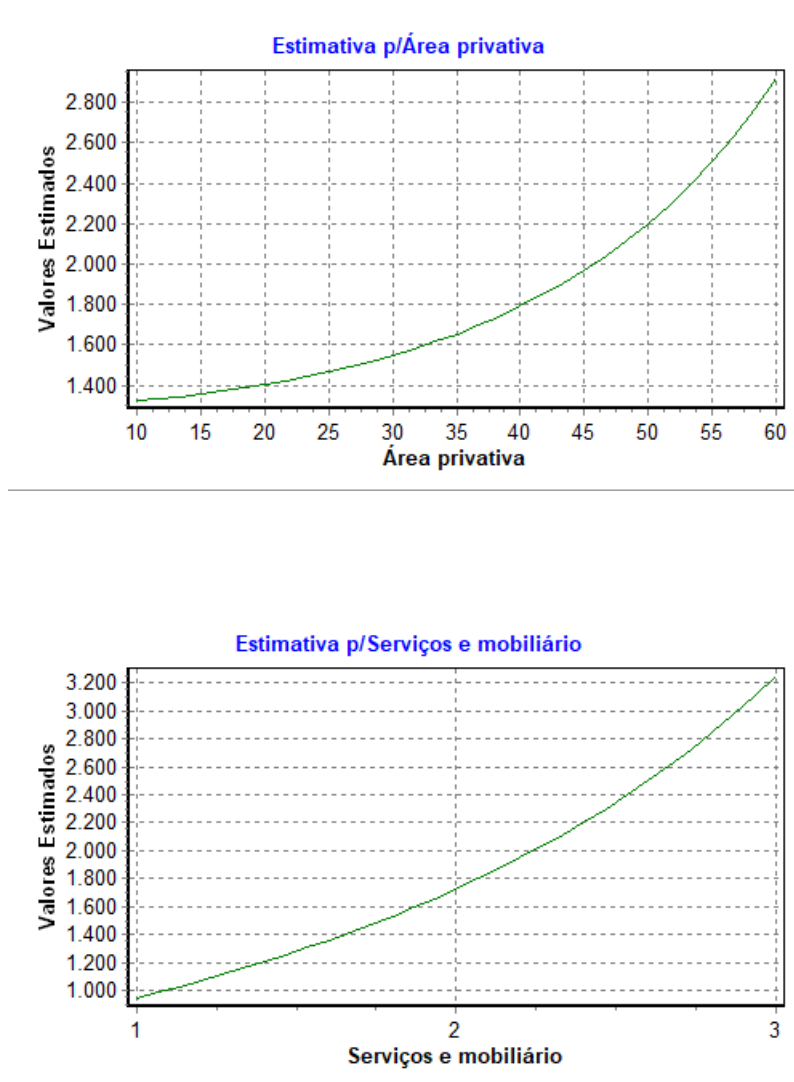
Aderência Observado x Estimado - Regressão Linear na forma direta



Resíduos da Regressão Linear



16) **GRÁFICOS DE ELASTICIDADE DA FUNÇÃO NO PONTO MÉDIO:**



17) TABELA DE DADOS - AMOSTRA:

Variáveis Texto:

Variáveis Numéricas:

ID	Desabil itado	Área privativa	Serviços e mobiliário	Valor total
1		15,00	2,00	1.000,00
2		30,00	2,00	1.800,00
3		60,00	2,00	3.000,00
4	*	14,00	3,00	1.500,00
5		12,00	1,00	700,00
6		50,00	3,00	3.700,00
7		24,00	3,00	2.500,00
8		30,00	1,00	1.050,00
9		22,00	3,00	2.700,00
10		37,00	2,00	2.000,00
11		39,00	2,00	2.200,00
12		25,00	2,00	2.200,00
13		30,00	3,00	4.500,00
14		50,00	2,00	2.000,00
15		30,00	2,00	1.500,00
16		32,00	2,00	1.600,00
17		48,00	3,00	3.750,00
18		10,00	3,00	2.200,00
19		48,00	1,00	1.000,00
20		55,00	1,00	1.500,00
21		50,00	1,00	1.500,00
22		17,00	2,00	2.000,00
23		40,00	1,00	1.000,00
24		40,00	1,00	958,00
25		35,00	1,00	750,00

18) ESTIMATIVAS DE VALORES:**●Imóvel avaliando 1:**

Estimativa	Média	Amplitude	Grau de Precisão
Valor Mínimo	807,44	7,44%	
Valor Médio	872,37	-	III
Valor Máximo	945,46	8,38%	

Dados do imóvel avaliando:

Variável	Conteúdo	Extrapolação
Área privativa	26,00	Não
Serviços e mobiliário	1,00	Não

Modelo:

Imóveis comerciais - apenas área

Data de Referência:



segunda-feira, 26 de janeiro de 2026


Informações Complementares:**Dados para a projeção de valores:**

- Área privativa = 26,00
- Serviços e mobiliário = 1,00

Valores da Moda para Nível de Confiança de 80%

- Valor Unitário
 - Mínimo =
 - Médio =
 - Máximo =
- Valor Total
 - Mínimo (7,44%) = 807,44
 - Médio = 872,37
 - Máximo (8,38%) = 945,46
- Intervalo Predição
 - Mínimo (18,60%) = 710,12
 - Máximo (25,79%) = 1.097,31
 - Mínimo (IP) =
 - Máximo (IP) =
 -
- Campo de Arbítrio
 - RL Mínimo = 741,51
 - RL Máximo = 1.003,22

 Retornar	Consulta	Menu 
---	----------	---



Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Identificação do Imóvel	
Rip: 0003 00320.500-7	Certificado: Sim

Endereço do Imóvel	
Tipo de Logradouro: Rua	
Logradouro: Pinheiro Machado	
Número: s/n	
Complemento: Quadra 513	
Bairro: Zona Urbana	Município: 0003 - PORTO VELHO
CEP: 78909-000	UF: RO - Rondônia

Dados do Terreno	
Conceituação: Nacional interior	Natureza: Urbano
Área Terreno (m²): 15.000,00	Valor do Terreno (R\$): 184.500,00
Valor m²(R\$): 12,30	
Fração Ideal: 1,00000000	
Memorial do Terreno:	
Terreno localizado na zona urbana de Porto Velho, medindo 15.000,00m².	

Dados da Benfeitoria do Imóvel	
Não há dados a apresentar	

Dados do Imóvel	
Tipo do Imóvel: Terreno	Data Avaliação: 18/09/2000
Fator Corretivo: 1,00	
Data de Cadastro: 21/12/2001	Prazo Validade: 18/09/2002
Nível de Rigor: Estimativa de Valor (24 meses)	
Valor do Terreno (R\$): 184.500,00	
Valor Benfeitorias Utilizações (R\$): 0,00	
Valor do Imóvel (R\$): 184.500,00	
Tipo de Vocação: Outras	
Tombo/Arquivamento: RO-12-0016	

Registro Cartorial do Imóvel	
Cartório/Ofício: 1ºOfício de Porto Velho	Data Registro: 19/08/1972
Registro/Matrícula: 00000001	Folhas Cartório: 77/78
Livro Cartório: 2-A	

Dados Complementares do Imóvel	
Forma de Aquisição: Indefinido	
Proprietário Anterior: Não Informado	
Fundamento da Incorporação: Não Informado	
Encargos da Aquisição:	
Imóvel Sub Judice: Não	
Processo Apenso:	
Processo Principal:	
Latitude/Longitude:	
Direito Adquirido: Propriedade	
Situação da Incorporação: Incorporado	
Data da Incorporação: 21/12/2001	

Proprietário Oficial	
União (Adm. Pub. Fed. direta)	

Observação	
No campo Registro/Matrícula foi colocado um número qualquer apenas para que o registro fosse efetuado, pois no referido processo não consta o registro cartorial.	

Índice de Ocupação do Imóvel	
Índice de ocupação: 0,00	

Identificação da Utilização	
RIP Utilização: 0003 00027.500-4 Certificada: Não	
Código UG/Gestão: 160014 / 00001 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR	
Nro. Processo: 0	

Dados do Terreno da Utilização	
Área Terreno Utilizada (m²): 15.000,00	Valor m² (R\$): 12,30
Fração Ideal: 1,00000000	Valor do Terreno Utilizado(R\$): 184.500,00
Memorial da Utilização:	
Terreno localizado na zona urbana de Porto Velho, medindo 15.000,00m².	

Dados da Benfeitoria da Utilização	
Não há dados a apresentar	

Detalhamento da Área Construída da Benfeitoria da Utilização	
Área Útil da Edificação (m²): 0	
Área Computável:	
Área de Escritórios:	Área Para o Trabalho Individual (m²): 0
	Área Para o Trabalho Coletivo (m²):
	Área Privativa (m²): 0
	Área Comum (m²): 0
Área de Apoio:	Área Privativa (m²): 0
	Área Comum (m²): 0
Área Não Computável:	
Área Técnica:	Estacionamento:
	Área (m²): 0
	Vagas Comuns: 0
	Vagas Privativas: 0
	Outros:
	Área (m²): 0
	Descrição:
Área Específica :	Área (m²): 0
	Descrição:

Detalhamento da População da Utilização do Imóvel	
População total do imóvel	
População Principal:	
Postos de Trabalho:	
Integral: 0	
Reduzido: 0	
População de Apoio: 0	
População em Áreas Específicas: 0	

Dados da Avaliação	
Tipo de Destinação: Terreno	
Descrição da Destinação: Terreno	
Descrição da Vocação: Terreno a ser edificado	
Fator Corretivo: 1,00	Data Avaliação: 18/09/2000
Nível de Rigor: Estimativa de Valor (24 meses)	Prazo Validade: 18/09/2002
Valor da Utilização (R\$): 184.500,00	

Dados do Regime: Irregular - Entrega	
Data Início: 19/08/1972	
Data Fim: 10/05/2010	
Livro Registro GRPU: não tem	
Folhas Registro GRPU: não tem	
Averbação/Ratificação:	
Data Averbação/Ratificação:	

Observação da Utilização	
Não há dados a apresentar	

Índice de Ocupação de Escritórios	
Índice de Ocupação: 0,00	

Informações extraídas em 23/04/2025 13:05

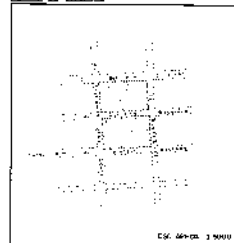
Imprimir

Secretaria do Patrimônio da União

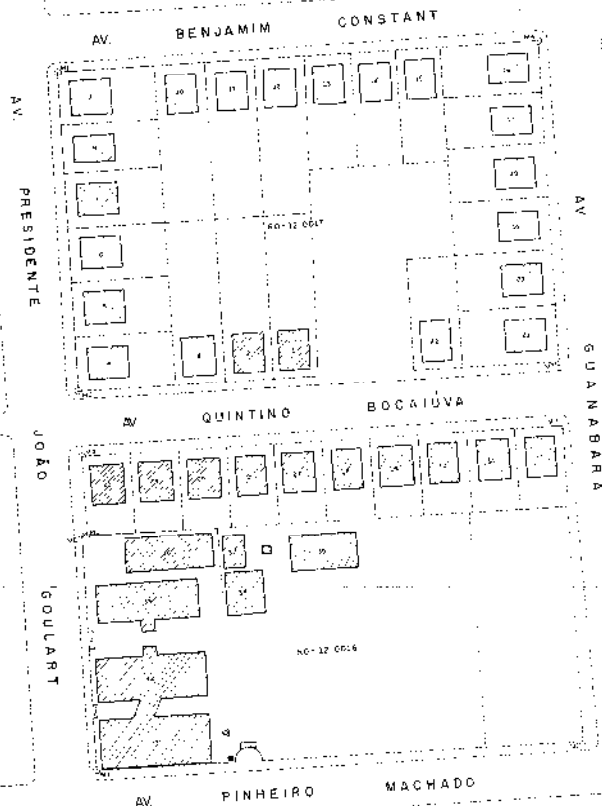
NM



PLANTA DE SITUAÇÃO



Esc. 1:5000 1:5000



IMÓVEL RD 12.0016		
MEMORIAL	DESCRIPTIVO	SINTÉTICO
LARGES	AT	NÃO
M1 - M2	05' 12"	152,44
M2 - M3	05' 12"	152,44
M3 - M4	05' 12"	152,44
M4 - M5	05' 12"	152,44
M5 - M6	05' 12"	152,44
M6 - M7	05' 12"	152,44
M7 - M8	05' 12"	152,44
M8 - M9	05' 12"	152,44
M9 - M10	05' 12"	152,44
M10 - M11	05' 12"	152,44
M11 - M12	05' 12"	152,44
M12 - M13	05' 12"	152,44
M13 - M14	05' 12"	152,44
M14 - M15	05' 12"	152,44
M15 - M16	05' 12"	152,44
M16 - M17	05' 12"	152,44
M17 - M18	05' 12"	152,44
M18 - M19	05' 12"	152,44
M19 - M20	05' 12"	152,44
M20 - M21	05' 12"	152,44
M21 - M22	05' 12"	152,44
M22 - M23	05' 12"	152,44
M23 - M24	05' 12"	152,44
M24 - M25	05' 12"	152,44
M25 - M26	05' 12"	152,44
M26 - M27	05' 12"	152,44
M27 - M28	05' 12"	152,44
M28 - M29	05' 12"	152,44
M29 - M30	05' 12"	152,44
M30 - M31	05' 12"	152,44
M31 - M32	05' 12"	152,44
M32 - M33	05' 12"	152,44
M33 - M34	05' 12"	152,44
M34 - M35	05' 12"	152,44
M35 - M36	05' 12"	152,44
M36 - M37	05' 12"	152,44
M37 - M38	05' 12"	152,44
M38 - M39	05' 12"	152,44
M39 - M40	05' 12"	152,44
M40 - M41	05' 12"	152,44
M41 - M42	05' 12"	152,44
M42 - M43	05' 12"	152,44
M43 - M44	05' 12"	152,44
M44 - M45	05' 12"	152,44
M45 - M46	05' 12"	152,44
M46 - M47	05' 12"	152,44
M47 - M48	05' 12"	152,44
M48 - M49	05' 12"	152,44
M49 - M50	05' 12"	152,44
M50 - M51	05' 12"	152,44
M51 - M52	05' 12"	152,44
M52 - M53	05' 12"	152,44
M53 - M54	05' 12"	152,44
M54 - M55	05' 12"	152,44
M55 - M56	05' 12"	152,44
M56 - M57	05' 12"	152,44
M57 - M58	05' 12"	152,44
M58 - M59	05' 12"	152,44
M59 - M60	05' 12"	152,44
M60 - M61	05' 12"	152,44
M61 - M62	05' 12"	152,44
M62 - M63	05' 12"	152,44
M63 - M64	05' 12"	152,44
M64 - M65	05' 12"	152,44
M65 - M66	05' 12"	152,44
M66 - M67	05' 12"	152,44
M67 - M68	05' 12"	152,44
M68 - M69	05' 12"	152,44
M69 - M70	05' 12"	152,44
M70 - M71	05' 12"	152,44
M71 - M72	05' 12"	152,44
M72 - M73	05' 12"	152,44
M73 - M74	05' 12"	152,44
M74 - M75	05' 12"	152,44
M75 - M76	05' 12"	152,44
M76 - M77	05' 12"	152,44
M77 - M78	05' 12"	152,44
M78 - M79	05' 12"	152,44
M79 - M80	05' 12"	152,44
M80 - M81	05' 12"	152,44
M81 - M82	05' 12"	152,44
M82 - M83	05' 12"	152,44
M83 - M84	05' 12"	152,44
M84 - M85	05' 12"	152,44
M85 - M86	05' 12"	152,44
M86 - M87	05' 12"	152,44
M87 - M88	05' 12"	152,44
M88 - M89	05' 12"	152,44
M89 - M90	05' 12"	152,44
M90 - M91	05' 12"	152,44
M91 - M92	05' 12"	152,44
M92 - M93	05' 12"	152,44
M93 - M94	05' 12"	152,44
M94 - M95	05' 12"	152,44
M95 - M96	05' 12"	152,44
M96 - M97	05' 12"	152,44
M97 - M98	05' 12"	152,44
M98 - M99	05' 12"	152,44
M99 - M100	05' 12"	152,44

IMÓVEL RD 12.0017		
MEMORIAL	DESCRIPTIVO	SINTÉTICO
LARGES	AT	NÃO
M1 - M2	05' 12"	152,44
M2 - M3	05' 12"	152,44
M3 - M4	05' 12"	152,44
M4 - M5	05' 12"	152,44
M5 - M6	05' 12"	152,44
M6 - M7	05' 12"	152,44
M7 - M8	05' 12"	152,44
M8 - M9	05' 12"	152,44
M9 - M10	05' 12"	152,44
M10 - M11	05' 12"	152,44
M11 - M12	05' 12"	152,44
M12 - M13	05' 12"	152,44
M13 - M14	05' 12"	152,44
M14 - M15	05' 12"	152,44
M15 - M16	05' 12"	152,44
M16 - M17	05' 12"	152,44
M17 - M18	05' 12"	152,44
M18 - M19	05' 12"	152,44
M19 - M20	05' 12"	152,44
M20 - M21	05' 12"	152,44
M21 - M22	05' 12"	152,44
M22 - M23	05' 12"	152,44
M23 - M24	05' 12"	152,44
M24 - M25	05' 12"	152,44
M25 - M26	05' 12"	152,44
M26 - M27	05' 12"	152,44
M27 - M28	05' 12"	152,44
M28 - M29	05' 12"	152,44
M29 - M30	05' 12"	152,44
M30 - M31	05' 12"	152,44
M31 - M32	05' 12"	152,44
M32 - M33	05' 12"	152,44
M33 - M34	05' 12"	152,44
M34 - M35	05' 12"	152,44
M35 - M36	05' 12"	152,44
M36 - M37	05' 12"	152,44
M37 - M38	05' 12"	152,44
M38 - M39	05' 12"	152,44
M39 - M40	05' 12"	152,44
M40 - M41	05' 12"	152,44
M41 - M42	05' 12"	152,44
M42 - M43	05' 12"	152,44
M43 - M44	05' 12"	152,44
M44 - M45	05' 12"	152,44
M45 - M46	05' 12"	152,44
M46 - M47	05' 12"	152,44
M47 - M48	05' 12"	152,44
M48 - M49	05' 12"	152,44
M49 - M50	05' 12"	152,44
M50 - M51	05' 12"	152,44
M51 - M52	05' 12"	152,44
M52 - M53	05' 12"	152,44
M53 - M54	05' 12"	152,44
M54 - M55	05' 12"	152,44
M55 - M56	05' 12"	152,44
M56 - M57	05' 12"	152,44
M57 - M58	05' 12"	152,44
M58 - M59	05' 12"	152,44
M59 - M60	05' 12"	152,44
M60 - M61	05' 12"	152,44
M61 - M62	05' 12"	152,44
M62 - M63	05' 12"	152,44
M63 - M64	05' 12"	152,44
M64 - M65	05' 12"	152,44
M65 - M66	05' 12"	152,44
M66 - M67	05' 12"	152,44
M67 - M68	05' 12"	152,44
M68 - M69	05' 12"	152,44
M69 - M70	05' 12"	152,44
M70 - M71	05' 12"	152,44
M71 - M72	05' 12"	152,44
M72 - M73	05' 12"	152,44
M73 - M74	05' 12"	152,44
M74 - M75	05' 12"	152,44
M75 - M76	05' 12"	152,44
M76 - M77	05' 12"	152,44
M77 - M78	05' 12"	152,44
M78 - M79	05' 12"	152,44
M79 - M80	05' 12"	152,44
M80 - M81	05' 12"	152,44
M81 - M82	05' 12"	152,44
M82 - M83	05' 12"	152,44
M83 - M84	05' 12"	152,44
M84 - M85	05' 12"	152,44
M85 - M86	05' 12"	152,44
M86 - M87	05' 12"	152,44
M87 - M88	05' 12"	152,44
M88 - M89	05' 12"	152,44
M89 - M90	05' 12"	152,44
M90 - M91	05' 12"	152,44
M91 - M92	05' 12"	152,44
M92 - M93	05' 12"	152,44
M93 - M94	05' 12"	152,44
M94 - M95	05' 12"	152,44
M95 - M96	05' 12"	152,44
M96 - M97	05' 12"	152,44
M97 - M98	05' 12"	152,44
M98 - M99	05' 12"	152,44
M99 - M100	05' 12"	152,44

CONVENÇÕES	
<input checked="" type="checkbox"/> Área Construída	<input checked="" type="checkbox"/> Perímetro
<input checked="" type="checkbox"/> Área de Pátio	<input checked="" type="checkbox"/> Rua
<input checked="" type="checkbox"/> Área de Estacionamento	<input checked="" type="checkbox"/> Rua
<input checked="" type="checkbox"/> Área de Estacionamento	<input checked="" type="checkbox"/> Rua

LEGENDA	
DL 1 DL	DM 1 DM
DL 2 DL	DM 2 DM
DL 3 DL	DM 3 DM
DL 4 DL	DM 4 DM
DL 5 DL	DM 5 DM
DL 6 DL	DM 6 DM
DL 7 DL	DM 7 DM
DL 8 DL	DM 8 DM
DL 9 DL	DM 9 DM
DL 10 DL	DM 10 DM
DL 11 DL	DM 11 DM
DL 12 DL	DM 12 DM
DL 13 DL	DM 13 DM
DL 14 DL	DM 14 DM
DL 15 DL	DM 15 DM
DL 16 DL	DM 16 DM
DL 17 DL	DM 17 DM
DL 18 DL	DM 18 DM
DL 19 DL	DM 19 DM
DL 20 DL	DM 20 DM
DL 21 DL	DM 21 DM
DL 22 DL	DM 22 DM
DL 23 DL	DM 23 DM
DL 24 DL	DM 24 DM
DL 25 DL	DM 25 DM
DL 26 DL	DM 26 DM
DL 27 DL	DM 27 DM
DL 28 DL	DM 28 DM
DL 29 DL	DM 29 DM
DL 30 DL	DM 30 DM
DL 31 DL	DM 31 DM
DL 32 DL	DM 32 DM
DL 33 DL	DM 33 DM
DL 34 DL	DM 34 DM
DL 35 DL	DM 35 DM
DL 36 DL	DM 36 DM
DL 37 DL	DM 37 DM
DL 38 DL	DM 38 DM
DL 39 DL	DM 39 DM
DL 40 DL	DM 40 DM
DL 41 DL	DM 41 DM
DL 42 DL	DM 42 DM
DL 43 DL	DM 43 DM
DL 44 DL	DM 44 DM
DL 45 DL	DM 45 DM
DL 46 DL	DM 46 DM
DL 47 DL	DM 47 DM
DL 48 DL	DM 48 DM
DL 49 DL	DM 49 DM
DL 50 DL	DM 50 DM
DL 51 DL	DM 51 DM
DL 52 DL	DM 52 DM
DL 53 DL	DM 53 DM
DL 54 DL	DM 54 DM
DL 55 DL	DM 55 DM
DL 56 DL	DM 56 DM
DL 57 DL	DM 57 DM
DL 58 DL	DM 58 DM
DL 59 DL	DM 59 DM
DL 60 DL	DM 60 DM
DL 61 DL	DM 61 DM
DL 62 DL	DM 62 DM
DL 63 DL	DM 63 DM
DL 64 DL	DM 64 DM
DL 65 DL	DM 65 DM
DL 66 DL	DM 66 DM
DL 67 DL	DM 67 DM
DL 68 DL	DM 68 DM
DL 69 DL	DM 69 DM
DL 70 DL	DM 70 DM
DL 71 DL	DM 71 DM
DL 72 DL	DM 72 DM
DL 73 DL	DM 73 DM
DL 74 DL	DM 74 DM
DL 75 DL	DM 75 DM
DL 76 DL	DM 76 DM
DL 77 DL	DM 77 DM
DL 78 DL	DM 78 DM
DL 79 DL	DM 79 DM
DL 80 DL	DM 80 DM
DL 81 DL	DM 81 DM
DL 82 DL	DM 82 DM
DL 83 DL	DM 83 DM
DL 84 DL	DM 84 DM
DL 85 DL	DM 85 DM
DL 86 DL	DM 86 DM
DL 87 DL	DM 87 DM
DL 88 DL	DM 88 DM
DL 89 DL	DM 89 DM
DL 90 DL	DM 90 DM
DL 91 DL	DM 91 DM
DL 92 DL	DM 92 DM
DL 93 DL	DM 93 DM
DL 94 DL	DM 94 DM
DL 95 DL	DM 95 DM
DL 96 DL	DM 96 DM
DL 97 DL	DM 97 DM
DL 98 DL	DM 98 DM
DL 99 DL	DM 99 DM
DL 100 DL	DM 100 DM

DEC	DSG	4º DL
DEC 1	DSG 1	4º DL 1
DEC 2	DSG 2	4º DL 2
DEC 3	DSG 3	4º DL 3
DEC 4	DSG 4	4º DL 4
DEC 5	DSG 5	4º DL 5
DEC 6	DSG 6	4º DL 6
DEC 7	DSG 7	4º DL 7
DEC 8	DSG 8	4º DL 8
DEC 9	DSG 9	4º DL 9
DEC 10	DSG 10	4º DL 10
DEC 11	DSG 11	4º DL 11
DEC 12	DSG 12	4º DL 12
DEC 13	DSG 13	4º DL 13
DEC 14	DSG 14	4º DL 14
DEC 15	DSG 15	4º DL 15
DEC 16	DSG 16	4º DL 16
DEC 17	DSG 17	4º DL 17
DEC 18	DSG 18	4º DL 18
DEC 19	DSG 19	4º DL 19
DEC 20	DSG 20	4º DL 20
DEC 21	DSG 21	4º DL 21
DEC 22	DSG 22	4º DL 22
DEC 23	DSG 23	4º DL 23
DEC 24	DSG 24	4º DL 24
DEC 25	DSG 25	4º DL 25
DEC 26	DSG 26	4º DL 26
DEC 27	DSG 27	4º DL 27
DEC 28	DSG 28	4º DL 28
DEC 29	DSG 29	4º DL 29
DEC 30	DSG 30	4º DL 30
DEC 31	DSG 31	4º DL 31

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

REGISTRO GERAL

LIVRO 2AI

Data: 19 de agosto de 1972

Página: 77/78

IMÓVEL: Quadra nº 47 (quarenta e sete), situada no perímetro urbano desta cidade, medindo 76,50mx100m (setenta e seis metros por cem metros) perfazendo uma área total de 7.650m² (sete mil, seiscentos e cinquenta metros quadrados) e os seguintes limites: ao Norte, com a Av. Pinheiro Machado; ao Sul, com a Av. Duque de Caxias; a Leste, com a Rua Júlio de Castilho; e a Oeste, com a Rua Gonçalves Dias. **Quadra nº 40** (quarenta), situada no perímetro urbano desta cidade, medindo 96,30mx100m (noventa e seis metros e trinta centímetros por cem metros) e os seguintes limites: ao Norte, com a Av. Duque de Caxias; ao Sul, com a Av. Carlos Gomes; a Leste, com a Av. Gonçalves Dias; e a Oeste, com a Rua José Bonifácio, perfazendo uma área total de 9.630m² (nove mil, seiscentos e trinta metros quadrados). **Quadra nº 38** (trinta e oito), situada no perímetro urbano desta cidade, medindo 50x100m (cinquenta por cem metros) perfazendo uma área total de 5.000m² (cinco mil metros quadrados) e os seguintes limites: ao Norte, com a Av. Duque de Caxias; ao Sul, com a Av. Carlos Gomes; a Leste, com a Rua José Bonifácio; e a Oeste, com Terreno de Terceiros (lotes 10 e 11). **Quadra nº 513** (quinhentos e treze), situada no perímetro urbano desta cidade, medindo 150mx100m (cento e cinquenta por cem metros), perfazendo uma área total de 15.000 (quinze mil metros quadrados) e os seguintes limites: ao Norte, com a Av. Quintino Bocaiuva; ao Sul, com a Av. Pinheiro Machado; a Leste, com a Av. Guanabara; e a Oeste, com a Av. João Goulart. **Quadra nº 514** (quinhentos e catorze), situado no perímetro urbano desta cidade, medindo 150x100 (cento e cinquenta por cem metros), perfazendo uma área total de 15.000m² (quinze mil metros quadrados) e os seguintes limites: ao Norte, com Av. Benjamin Constant; ao Sul, com a Av. Quintino Bocaiuva; a Leste, com a Av. Guanabara; e a Oeste, com a Av. João Goulart. **Proprietário: MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Aquisições:** Doação do patrimônio da União, representado pelo então governador deste Território Flávio de Assumpção Cardoso, para o Ministério do Exército, conforme Decreto nº 515 de 15 de junho de 1967, publicado no Diário Oficial nº 360 de 16 de junho de 1967, do Governo deste Território. O Oficial.

Pertence o imóvel atualmente a outra Circunscrição.

"Saliento, ainda mais, que o imóvel objeto desta certidão encontra-se livre e desembaraçado de quaisquer ônus reais, legais ou convencionais, conferindo o teor do presente documento com os dados arquivados eletronicamente neste Serviço Registral." Conforme, Decreto 93240, Art. 1º, IV, de 09/09/86, válida por 30 dias. Porto Velho-RO, 28 de janeiro de 2021.

GUILHERME SILVA BUENO
Oficial Substituto

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Selo Iseto Digital de Fiscalização nº
A8AAC32150-000E2
Consulte a Validade em:
www.tjro.jus.br/consultaselo/



Emolumentos e Custas:
(Lei 301, de 21/12/90)

Guia número	139299
Emolumentos	Iseto
Custas	Iseto
FUNDEP	Iseto
FUNDIMPER	Iseto
FUNDORPE	Iseto
Selo	Iseto
TOTAL	R\$ 0,00

Certidão conferida e emitida por Matheus de Moraes Braga



TÉRMO DE ENTREGA dos imóveis situados na cidade de Porto Velho, Território Federal de Rondônia, que faz o Serviço do Patrimônio da União, do Ministério da Fazenda, ao Ministério do Exército, conforme processo protocolizado sob nº 95.959/69.

Aos trinta e um (31) dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e um (1971), na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Amazonas, compareceram, de uma lado como outorgante do presente Termo, a União Federal, representada neste Ato, de acordo com o art. 14, item V, do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, pelo Senhor Doutor Antonio Miguel Raposo da Câmara, Procurador da Fazenda Nacional no Amazonas, e, do outro lado, como outorgado, o Ministério do Exército, representado pelo Senhor Major ART Arthur Nunes Ferreira Filho designado pelo Comandante Militar da Amazônia e 12ª Região Militar, conforme Ofício nº 21-SPR/12, de 24-08-71, (às fls. 82 (oitenta e dois)). Pelo representante da União foi dito: PRIMEIRO - que em face da autorização constante do despacho do Senhor Ministro da Fazenda, de 4-07-68, fls. 39 (trinta e nove) do processo MF nº 18.173/68, anexado ao de nº 95.959/69, a Sra. Diretora da Divisão de Concessões, Vendas e Aquisições do Serviço do Patrimônio da União, por delegação de competência, de acordo com a Portaria nº 80, de 27-05-69, do Senhor Diretor do Serviço do Patrimônio da União, em despacho exarado às fls. 81 (oitenta e um), autorizou a entrega dos imóveis situados na cidade de Porto Velho, Território Federal de Rondônia, e destinados à 3ª Companhia de Fronteira, sediada em Porto Velho; SEGUNDO - que os imóveis são de propriedade da União por força do Decreto-Lei nº 5.812/43 e têm as seguintes características: a) o terreno da quadra nº 47, onde se encontra construída a Vila Militar de Sargentos, limita-se: ao NORTE, com a Avenida Pinheiro Machado, medindo 76,50 metros; ao SUL, com a Avenida Duque de Caxias, medindo 76,50 metros; a LESTE, com a rua Júlio de Castilho, medindo 100,00 metros; e, a OESTE, com a Rua Gonçalves Dias, medindo 100,00 metros, possuindo uma área de 7.650,00 metros quadrados; b) o terreno da quadra nº 40, onde se encontra construída a quadra de Esportes, limita-se: ao NORTE, com a Avenida Duque de Caxias, medindo 96,30 metros; ao SUL, com a Avenida Carlos Gomes, medindo 96,30 metros; a LESTE, com a rua Gonçalves Dias, medindo 100,00 metros; e, a OESTE, com a rua Jo

Alfredo Antônio do Ceu Valle
Delegado

RD-12-0014

RD-12-0014

José Bonifácio, medindo 100,00 metros, possuindo uma área de.... 9.630,00 metros quadrados; c) o terreno da quadra nº 39, onde se encontram construídas as residências para Oficiais, limita-se: ao NORTE, com a Avenida Duque de Caxias, medindo 50,00 metros; ao SUL, com a Avenida Carlos Gomes, medindo 50,00 metros; a LESTE, com a Rua José Bonifácio, medindo 100,00 metros; e, a OESTE, com terrenos de terceiros, medindo 100,00 metros, possuindo uma área de 5.000,00 metros quadrados; d) o terreno da quadra nº 513, destinado à Vila Militar de Cabos e Soldados, limita-se: ao NORTE, com a Avenida Quintino Bocaiuva, medindo 150,00 metros; ao SUL, com a Avenida Pinheiro Machado, medindo 150,00 metros; a LESTE, com a Avenida Guanabara, medindo 100,00 metros; e, a OESTE, com a Avenida Presidente João Goulart, medindo 100,00 metros, possuindo uma área de 15.000,00 metros quadrados; e) o terreno da quadra nº 514, destinado à Vila Militar dos Cabos e Soldados, limita-se: ao NORTE, com a Avenida Benjamin Constant, medindo 150,00 metros; ao SUL, com a Avenida Quintino Bocaiuva, medindo 150,00 metros; a LESTE, com a Avenida Guanabara, medindo 100,00 metros; e, a OESTE, com a Avenida Presidente João Goulart, medindo 100,00 metros; possuindo uma área de 15.000,00 metros quadrados; TERCEIRO - que, na forma do Decreto-Lei nº 9.760, de 5-09-46: a) a administração dos imóveis competirá ao outorgado, enquanto durar a aplicação e que cessada esta, reverterá à administração do Serviço do Patrimônio da União, independentemente de ato especial (art. 77); b) a entrega fica sujeita a confirmação, dois (2) anos após a lavratura deste contrato, cabendo ao Serviço do Patrimônio da União, ratificá-la desde que, nesse período tenham os imóveis sido utilizados no fim para que foram entregues (art. 79 § 1º); c) o outorgado não poderá permitir, sob pena de responsabilidade, a invasão, cessão, locação ou utilização dos imóveis em fim diferente do que justificou a entrega (art. 79 § 2º); QUARTO - que, em vista da autorização mencionada no item Primeiro, fazia entrega, nas condições estabelecidas no item Terceiro, do imóvel descrito no item Segundo, à 3ª Companhia de Fronteira, do Ministério do Exército. Pelo representante deste foi dito, que recebia os imóveis na forma estabelecida neste Termo. E, eu Alfredo Augusto Teixeira do Couto Valle, Chefe da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Amazonas, escrevi o presente Termo que lido e achado conforme, vai assinado por mim e pelos representantes. (Ass.) - Alfredo Augusto Teixeira do Couto Valle. Antonio Miguel Raposo da Câmara. Major Arthur Nunes Ferreira Filho.

D.S.P.U. / Am. - Em 10.07.1976

Alfredo Augusto Teixeira do Couto Valle
Delegado

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA
COMARCA DE PORTO VELHO

LEIN LOPEZ DO NASCIMENTO
1.º Escrevente Autorizado do Judicial Civil
do Registro de Imóveis e Civil e Anexas,
PORTO VELHO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA

CERTIDÃO

NEY LUIZ DE FREITAS LEAL,

Escrivão do Judicial, Tabelião de Notas, Oficial
do Registro de Imóveis e Civil e mais cargos
anexos, por nomeação legal e na forma da lei

CERTIFICA, a requerimento verbal de parte interessada, que no Livro nº 2-A, de Registro Geral, de meu cargo e Cartório, nêlo às fls. 77/78, consta o registro do seguinte teor: DESCRIÇÃO:- QUADRA nº 47 ^{RD-12-0015} (quarenta e sete), situada no perímetro urbano desta cidade, medindo 76,50m x 100m (setenta e seis e meio por cem metros), perfazendo uma área total de 7.650m² (sete mil, seiscentos e cinquenta metros quadrados) e os seguintes limites: ao Norte, Av. Pinheiro Machado; ao Sul, Av. Duque de Caxias; a Leste, rua Julio de Castilho; e a Oeste, rua Gonçalves Dias.-- QUADRA nº 40 ^{RD-12-0014} (quarenta), situada no perímetro urbano desta cidade, medindo 96,30m x 100m (noventa e seis metros e trinta centímetros, por cem metros) e os seguintes limites: ao Norte, Av. Duque de Caxias; ao Sul, Av. Carlos Gomes; a Leste, Av. Gonçalves Dias; e a Oeste, a rua José Bonifácio, perfazendo uma área total de 9.630m² (nove mil, seiscentos e trinta metros quadrados).-- QUADRA nº 39 ^{RD-12-0013} (trinta e nove), situada no perímetro urbano desta cidade, medindo 50m x 100m (cinquenta por cem metros), perfazendo uma área total de 5.000m² (cinco mil metros quadrados) e os seguintes limites: ao Norte, Av. Duque de Caxias; ao Sul, Av. Carlos Gomes; a Leste, a rua José Bonifácio; e a Oeste, terreno de terceiros (lotes 10 e 11) (dez e onze).-- QUADRA Nº 513 ^{RD-12-0016} (quinhentos e treze), situada no perímetro urbano desta cidade, medindo 150m x 100m (cento e cinquenta por cem metros), perfazendo uma área total de 15.000m² (quinze mil metros quadrados) e os seguintes limites: ao Norte, Av. Quintino Bocaiuva; ao Sul, Av. Pinheiro Machado; a Leste, Av. Guanabara; ao Oeste, Av. João Goulart. QUADRA nº 514 ^{RD-12-0017} (quinhentos e catorze), situada no perímetro urbano desta cidade, medindo 150m x 100m (cento e cinquenta por cem metros), perfazendo uma área total de 15.000m² (quinze mil metros quadrados) e os seguintes limites: ao Norte, Av. Benjamin Constant; ao Sul; Av. Quintino Bocaiuva; a Leste, Av. Guanabara; e a Oeste, Av. João Goulart.-- AQUISIÇÃO: Doação:- Do patrimônio da União, representado pelo então Governador deste território Flávio de Assumpção Cardoso, para

RD-120013

o Ministério do Exército, conforme Decreto nº 515, de 15 de junho de 1.967, publicado no Diário Oficial nº 360 de 16 de junho de 1.967, do Governo deste território.---HIPOTECA, ANTICRESE E PENHOR: (espaço em branco).---SERVIDÃO: (espaço em branco).---OUTROS ÔNUS E DIREITOS REAIS: (espaço em branco).---CLAUSULAS E CONDIÇÕES: (espaço em branco).---AVERPACÕES: (espaço em branco).-- Porto Velho, 19 de agosto de 1.972. O Oficial, (a) Fernando Coutinho.---Era o que se continha. Dá fé. DADA e passada nesta cidade de Porto Velho - RO., aos seis dias do mes de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e seis. Eu, Albino Lopes do Nascimento, 1º Esc. Autorizado, a mandei datilografar, subscrevo e assino.-----

ALBINO LOPES DO NASCIMENTO

1º Esc. Autorizado.

ALBINO LOPES DO NASCIMENTO

1º Escrivão Autorizado do Juizal Oficial
do Registro de Imóveis e Civil - Anexa,
PORTO VELHO - TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA



TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA

(CONTINUAÇÃO DO DECRETO-LEI Nº 515/67 de 12-6-67)

Art. 2º - Conceder ao Ministério do Exército, na forma estabelecida pelo Art. 79 e parágrafos, do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, as áreas de limitadas neste Decreto e localizadas no Município de Porto-Velho:

1) Quadra nº 47, medindo 76,50m x 100,00 m, num total de 7.650,00m², com limites ao norte, com a Av. Pinheiro Machado; ao sul com a Av. Duque de Caxias; a leste, com a Rua Júlio de Castilho e a oeste com a Rua Gonçalves Dias, área onde se acha localizada a Vila Militar de Sargentos.

2) Quadra nº 40, medindo 96,30m x 100,00m, num total de 9.630,00m², cujos limites são: ao norte com a Av. Duque de Caxias; ao sul com a Av. Carlos Gomes; a leste com a Rua Gonçalves Dias; a oeste com a Rua José Bonifácio, área onde esta localizada a quadra de esportes da 3ª Cia. Fron.

3) Parte da Quadra nº 39, medindo 50,00m x 100,00m num total de 5.000,00 m², cujos limites são: ao norte, com a Av. Duque de Caxias, ao sul com a Av. Carlos Gomes, a leste com a Rua José Bonifácio e a oeste com terrenos de terceiros, área onde se acha localizada a Vila Militar de Oficiais.

4) Quadra nº 513, medindo 100,00m x 150,00m, num total de 15.000,00m², cujos limites são: ao norte com a Av. Quintino Bocaiuva, ao sul com a Av. Pinheiro Machado, a leste com a Av. Guanabara, a oeste com a Av. Presidente João Goulart, destinada a Vila Militar de Cabos e Soldados.

5) Quadra nº 514, medindo 100,00 x 150,00m, num total de 15.000,00m², cujos limites são: ao norte com a Av. Benjamin Constant, ao sul com a Av. Quintino Bocaiuva, a leste com a Av. Guanabara, a oeste com a Av. Presidente João Goulart, destinada a Vila de Cabos e Soldados.

6) A União possui o domínio pleno dos imóveis acima referidos, não havendo onus de espécie alguma que onere ou venha agravar os mesmos.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Porto Velho, 12 de junho de 1967, 146ª da Independência e 79ª da República.

FLÁVIO DE ABREU
Governador

Renato Salgado
Secretário Geral

(4)

RO-12-0013

-0014

-0015

-0016

-0017

Cópia

move
TT

Decreto n.º 515/67 de 12 de junho

de 1967

Revoga os Decretos-Leis n.ºs 72 de 9 de agosto/56 e 143 de 12 de agosto de 1957 e dá novas providências.

O Governador do Território: usou das atribuições que confere o item 7 do Art. 4.º do Decreto-Lei Federal n.º 5.329 de 21 de setembro de 1943, e

CONSIDERANDO, o que dispõe o § 1.º do Art. 1.º e Art. 2.º do Decreto-Lei n.º 5.312, de 13 de setembro de 1943;

CONSIDERANDO, que não tendo sido instalado no Território, órgão local do Serviço de Patrimônio da União, compete ao Governador solucionar os problemas referentes as concessões de terras (parágrafo único do Art. 203 do Decreto-Lei n.º 9.760);

CONSIDERANDO, haver necessidade de regularizar a situação patrimonial das áreas em que já se encontram construídas casas para militares da 3ª Div. Fron. e encontra-se localizada a sua quadra de esportes.

CONSIDERANDO, que o Exército Nacional necessita de novas áreas para ampliação de suas Vilas Militares;

CONSIDERANDO, que o Governo do Território, compete acobertar tal empreendimento que benefício trará a região e é de interesse nacional;

CONSIDERANDO, que o Governo concorda na posterior transferência de jurisdição dos imóveis abaixo mencionados do Território Federal de Rondônia para o Ministério do Exército, ato jurídico que não compete exclusivamente ao Serviço de Patrimônio da União (Ministério da Fazenda);

RESOLVE:

Art. 1.º - Revogar os Decretos-Leis n.ºs 72 de 9 de agosto de 1956 e 143 de 12 de agosto de 1957, publicados na Prefeitura Municipal de Porto Velho.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17ª BASE LOGÍSTICA

(BASE LOGÍSTICA CAPITÃO-GENERAL LUIZ DE ALBUQUERQUE DE MELLO PEREIRA E CÁCERES)

TERMO DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA SOBRE IMÓVEL

Declaro que o imóvel sob responsabilidade deste Comando está em ordem conforme os aspectos a seguir:

1. INTRODUÇÃO

Aos dias 10 do mês de dezembro do ano de 2020, com base na declaração de situação patrimonial, publicada em Boletim Especial nº 001, de 10 de dezembro de 2020, e examinado os aspectos documental e físico do imóvel cadastrado sob o nº RO 12 – 0016, distribuído a esta OM, constatei o seguinte;

a. Endereço, Limites e Área

- 1) Endereço: Avenida Pinheiro Machado, 2243, São Cistóvão, Porto Velho, RO, 76820-137.
- 2) Área do Imóvel: 9.564 m2.
- 3) Área ocupada pela OM: 8.964 m2.
- 4) Limites: é apresentada uma Planta de Situação da Área do Aquartelamento que ocupa uma área de 8.964 m2 do imóvel RO 12 – 0016 conforme memorial descritivo.

b. Documentação Complementar

- 1) Título de Transferência (TT): O imóvel é propriedade da União por força do Decreto – Lei Nr 5812/42, de 13 Set 43.
- 2) Título de Propriedade (TP): Livro 2 – A, folhas 77/78, Cartório de Registro de Imóveis de Porto Velho, Estado de Rondônia, de 19 de Ago 72.
- 3) Termo de Entrega e Recebimento (TER): Portaria Nr 080, de 27 de Mar 69, do Sr Diretor do Serviço Patrimonial da União, lavrado pela Delegacia do Serviço de Patrimônio do Amazonas, em 31 de Ago 71.

c. Documentação Complementar

- 1) Planta do Imóvel: Encontra-se arquivada na Fiscalização.
- 2) Plano Diretor: arquivado na Fiscalização com data de 02 de novembro de 2000.
- 3) Uso em Finalidade Militar: o imóvel está destinado ao uso como Organização Militar.

d. Benfeitorias

- 1) Instalações Administrativas;

Rancho

- Manutenção porta de vidro temperado, troca de roldandas, colocação de capa e recolocação de porca, nas instalações da padaria.

Câmaras Frigoríficas

- Pintura do Armazem CL I (AV1 e AV2).
- Pintura de Prateleira CL I (AV1 e AV2).
- Marcação e pintura do piso CL I (AV1 e AV2).
- Pintura externa de todas as Câmaras Frigoríficas.
- Aquisição de ventilador para a Câmara de resfriamento.

Informática

- Reforma da seção de informática.
- Implantação de nova infraestrutura de rede para o Sistema SIGELOG.
- Concerto da Fibra Optica que interliga a 17ª Bda inf SI.
- Instalação de telefones e ramais nas seções.
- Contratação de empresa de outsourcing no segmento de impressão.

Área de Lazer

- Instalação de Calha, sistema de saída de água pluvias e contratação de serviço de manutenção das Piscinas.

LIAB

- Modernização na alvenaria do Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (LIAB), assim como a instalação de novas bancadas todas com tampos de granito, aquisição de novos equipamentos laboratoriais para a inspeção dos gêneros classe I, permitindo realizar as complexas análises de alimentos com nível técnico de excelência no OP, promovendo a garantia de saúde da tropa por suprir as OM apoiadas com alimentos de primeira qualidade.

Reserva de Armamento

- Instalação de Toldo na parte externa da área da reserva de armamento.

Garagem

- Reforma da Borracharia

PNR

- Melhorias em todos os PNR administrados pela OM com manutenções como substituição de telhados, readequação de banheiros, cozinhas, adequação de instalações elétricas/hidráulicas, troca de piso e pinturas e colocação de grades, promovendo o conforto, segurança e bem estar dos militares e seus familiares.
- Substituição de calha, telhas de amianto, reboco e pintura de parede, reforma de dois banheiros e varanda, manutenção na calçada da garagem, substituição de Piso Externo do PNR da Av. Guanabara, 2129, São Cristóvão.

ANEXO



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

Av. Duque de Caxias – nº 935 - Bairro Centro - Porto Velho/RO

Telefone: (69) 2141-6345

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026

(NUP nº 6 64012.000820/2026-92)

TERMO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

Declaro, para fins de comprovação junto ao **17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA**, que o Senhor(a) _____, CPF nº _____, representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, telefone (____) _____, **REALIZOU VISTORIA** no local onde será executado o objeto da **CESSÃO DE USO DE ATIVIDADE DE APOIO (ALFAI-ATARIA)**, referente ao presente processo.

A vistoria foi realizada **in loco**, tendo o representante acima identificado tomado pleno conhecimento das condições físicas, operacionais, técnicas e demais aspectos relevantes do local, bem como das exigências estabelecidas no **Edital, Aviso de Contratação, Termo de Referência e demais anexos**, com o objetivo de subsidiar a elaboração da proposta.

Declara ainda que nada tem a opor quanto às condições verificadas no local, não cabendo alegações futuras de desconhecimento que possam ensejar questionamentos de ordem técnica, administrativa ou financeira.

Local e data: _____

Assinatura do representante da Administração: _____

Nome: _____

Cargo/Função: _____

Assinatura do representante da empresa: _____

Nome: _____

CPF: _____

ANEXO

ANEXO



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

Av. Duque de Caxias – nº 935 - Bairro Centro - Porto Velho/RO

Telefone: (69) 2141-6345

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026

(NUP nº 64012.000820/2026-92)

TERMO DE DISPENSA DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na cidade de _____, à Rua _____, nº _____, neste ato representada por _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, portador do RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____, à Rua _____, nº _____,

DECLARA, para os devidos fins, que **NÃO REALIZOU VISTORIA** no local objeto da **CES-SÃO DE USO ONEROSA DE ATIVIDADE DE APOIO (ALFAIATARIA)**, referente ao, tendo, contudo, pleno conhecimento das condições estabelecidas no **Edital, Aviso de Contratação, Termo de Referência e demais anexos**.

Declara ainda que **abre mão da vistoria técnica in loco**, nos termos do **Acórdão nº 1.174/2008 – Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU)**, assumindo **total responsabilidade** pela ausência de vistoria, não podendo utilizar esse fato para quaisquer questionamentos futuros que venham a ensejar desavenças de natureza técnica, administrativa ou financeira com a Administração.

Assinatura do representante da empresa: _____

Nome: _____

CPF: _____

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

Av. Duque de Caxias – nº 935 - Bairro Centro - Porto Velho/RO

Telefone: (69) 2141-6345

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026

(Processo Administrativo nº 64012.000820/2026-92)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/2026**, QUE
FAZEM ENTRE SI A, UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DO 17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA E

.....

A União, por intermédio do 17º Batalhão Logístico de Selva, com sede na Rua Duque de Caxias, 935, Caiari, na cidade de Porto Velho/RO, inscrito no CNPJ sob o nº 09.545.602/0001-07, neste ato representado pelo seu Ordenador de Despesas, Senhor Coronel ARTHUR SARTORI PORTUGUES DE SOUZA, nomeado pela Portaria – C Ex nº 730, de 23 de Maio de 2024, publicada no DOU nº 100 de 24 de Maio de 2024, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxx, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, Lei nº 9.636/1998, Decreto nº 3.725/2001 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90006/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Cessão de uso a título de Alfaiataria nas dependências do 17º Batalhão Logístico de Selva, a título oneroso por meio de cessão de uso, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da sua assinatura, prorrogável sucessivamente por até 60 (sessenta meses), na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 970,06 (novecentos e setenta reais e seis centavos), já incluso os gastos com energia elétrica e água/esgoto.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual (valor mensal) são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 10 (dez) dias.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou

o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13.12. A entrega do imóvel ao CESSIONÁRIO, bem como a sua futura devolução ao órgão CEDENTE, serão obrigatoriamente precedidas da elaboração de Laudos de Vistoria detalhados, assinados por representantes de ambas as partes.

13.13. O recebimento inicial do imóvel ocorrerá mediante a assinatura do Laudo de Ocupação de Imóvel, cujo modelo consta como anexo deste Termo de Referência, o qual registrará minuciosamente o estado de conservação e ocupação do bem no início da cessão.

13.14. A realização das vistorias prévias e finais possui natureza estritamente contratual, vinculando as partes quanto às condições físicas do imóvel, e não se confunde com a prerrogativa ou obrigação do licitante de vistoriar o local antes da apresentação de sua proposta no certame.

13.15. Por ocasião do término da cessão de uso, o CESSIONÁRIO deverá restituir o imóvel ao CEDENTE nas mesmas condições em que o recebeu, ressalvados os desgastes naturais do uso regular, o que será verificado e atestado em Laudo de Vistoria de Devolução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Não se aplica ao presente caso, visto que trata-se de um contrato de receitas

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Porto Velho, Seção Judiciária de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

Av. Duque de Caxias – nº 935 - Bairro Centro - Porto Velho/RO

Telefone: (69) 2141-6345

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026

(NUP nº 64012.000820/2026-92)

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**AO PREENCHER ESTE DOCUMENTO, APAGAR AS LETRAS EM VERMELHO**

Senhor licitante a Planilha de Custos e Formação de Preços é o documento a ser utilizado para detalhar os componentes de custo que incidem na formação do preço, normatizado pela IN nº 5/2017 (recomendamos a leitura).

Conforme IN 5/2017:

“7.8. Quando a modalidade de licitação for pregão, realizado na forma eletrônica, a planilha de custos e formação de preços deverá ser entregue e analisada no momento da aceitação do lance vencedor.”

Esta planilha será solicitada no momento da aceitação do item vencedor, conforme determina o Edital.

Ao: 17º Batalhão Logístico de Selva

Senhor Pregoeiro,

Apresentamos a nossa Planilha de Custos e Formação de Preços:

A empresa _____, inscrita sob o CNPJ nº _____, e inscrição estadual no _____, estabelecida na _____, neste ato representada por _____, atesta a entrega dos serviços abaixo indicados, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

ITEM Nº 01	
DESCRIÇÃO DO ITEM: <i>descrever item, conforme Termo de Referência</i>	
COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS	
Descrição	Valor (R\$)
Salários	
Insumos	
Impostos e taxas	
Despesas Administrativas	
Previsão de receita	
<i>As descrições acima são meramente para exemplificar, tendo que o licitante levantar previamente quais serão os custos que formarão o preço para o item.</i>	

ANEXO VI

Estimativa de Lucro			R\$ (Valor Unidade) <i>a somatória dos custos e estimativa do lucro devem ser superiores a 0.</i>
UND MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNIDADE	VALOR TOTAL DO ITEM
Serviço	1	Valor do lance	

ANEXO VIII

Local e data

(assinatura)

Nome do responsável pelas informações

ANEXO VII



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

Av. Duque de Caxias – nº 935 - Bairro Centro - Porto Velho/RO

Telefone: (69) 2141-6345

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026

(NUP nº 64012.000820/2026-92)

LAUDO DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEL

O presente **LAUDO DE VISTORIA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEL** foi executado pelos abaixo assinados e passa a integrar, para todos os fins e efeitos de direito, o **Contrato de CESSÃO DE USO DE ATIVIDADE DE APOIO (ALFAIATARIA)**.

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DO IMÓVEL

Estado do imóvel: () Novo () Excelente () Bom () Regular () Mau

2. VERIFICAÇÃO DE DANOS EXISTENTES

(Assinalar com “X” apenas **SIM** ou **NÃO**)

- 01 – Porta de entrada – existem danos? () SIM () NÃO
- 02 – Portas de circulação – existem danos? () SIM () NÃO
- 03 – Janelas – existem danos? () SIM () NÃO
- 04 – Salas – existem danos? () SIM () NÃO
- 05 – Vidros – existem danos? () SIM () NÃO
- 06 – Banheiro – existem danos? () SIM () NÃO
- 07 – Espelhos – existem danos? () SIM () NÃO
- 08 – Outras dependências – existem danos? () SIM () NÃO
- 09 – Dependências externas – existem danos? () SIM () NÃO

Descrição geral dos danos (se houver):

3. ESTADO GERAL DO IMÓVEL

Assinalar conforme verificação:

- a) Assoalhos em bom estado () SIM () NÃO
- b) Tetos em bom estado () SIM () NÃO
- c) Paredes em bom estado () SIM () NÃO

ANEXO VII

- d) Portas em bom estado ☐ SIM ☐ NÃO
e) Janelas em bom estado ☐ SIM ☐ NÃO
f) Rodapés em bom estado ☐ SIM ☐ NÃO
g) Pintura em bom estado de conservação ☐ SIM ☐ NÃO

Descrição geral:

4. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Tomadas, interruptores e bocais:

- ☐ Em perfeito estado de funcionamento
☐ Apresentam irregularidades

Descrição geral:

5. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Torneiras, descargas, chuveiros, ralos, pias e vasos sanitários:

- ☐ Em perfeito estado de funcionamento
☐ Apresentam irregularidades

Descrição geral:

6. INSTALAÇÕES DIVERSAS

Esquadrias, vidros, chaves internas e externas, azulejos, box e demais itens: ☐ Em perfeito estado de conservação

- ☐ Apresentam irregularidades

Descrição geral:

7. RELAÇÃO DO ESTADO DOS COMPARTIMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS

Sala:

Estado geral: _____

Pintura: _____

Piso: _____

ANEXO VII

Banheiro:

Estado geral: _____
Azulejos: _____
Piso: _____
Box: _____
Pia, descarga, vaso sanitário: _____
Chuveiro: _____
Armário: _____
Porta: _____

Circulação interna:

Estado geral: _____

Área de serviço:

Estado geral: _____

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente laudo é parte integrante do **Contrato de CESSÃO DE USO**, ficando o **CESSIONÁRIO(A)** integralmente responsável pela **conservação, segurança e integridade do imóvel**, bem como de seu mobiliário e utensílios, responsabilizando-se por quaisquer perdas, danos ou deteriorações constatadas por ocasião da devolução do bem.

Fica eleito o foro da **Comarca de Porto Velho/RO** para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, assinam o presente laudo em **03 (três) vias de igual teor e forma**, juntamente com as testemunhas.

Local e data: _____

CEDENTE

Assinatura: _____

Nome: _____

CESSIONÁRIO(A)

Assinatura: _____

Nome: _____

TESTEMUNHA 1

Nome: _____ CPF: _____

TESTEMUNHA 2

Nome: _____ CPF: _____